



INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata



INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

N.Cham. 327(079)"2002" G943e

Guia de estudos para o concurso de admissão a



237338

Ac 1460

Ex.6 IRBr

327(0⁰⁰²)
G943e
Ex.6

2 0 0 2

Ministro das Relações Exteriores

Professor Celso Lafer

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Osmar Vladimir Chohfi

Diretor do Instituto Rio Branco

Ministro João Almino

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Edital	9
Programas, bibliografias, orientação para estudo e exemplos de provas	
- Teste de Pré Seleção	31
- Português	34
- Inglês	44
- Questões Internacionais Contemporâneas	61
- História	67
- Geografia	87
- Noções de Direito	99
- Noções de Economia	111
- Francês (recomendação)	119

APRESENTAÇÃO

Este é o **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2002. A exemplo de anos anteriores, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Na presente edição, incorporam-se **algumas mudanças, com relação ao Concurso realizado em 2001**. Cabe notar a maior ênfase dada no Teste de Pré-Seleção às matérias das demais fase do concurso. Especialmente pretende-se aumentar a participação das questões de Português no conjunto do teste.

Verifica-se, também, a introdução da prova de Português Oral, que se realizará juntamente com a de Questões Internacionais Contemporâneas.

Por fim, de modo a alcançar o maior número possível de candidatos, está sendo introduzida nas inscrições para o concurso do próximo ano a possibilidade de também fazê-las pela Internet.

Constam do **Guia**:

- o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso; e
- os programas, a bibliografia e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, mantido o texto original do candidato, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não têm caráter limitativo.

Brasília, em dezembro de 2001.

EDITAL DO DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO

EM 22 DE NOVEMBRO DE 2001

(publicado no Diário Oficial da União em 6 de dezembro de 2001)

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO torna público que estarão abertas, de 07 de janeiro a 22 de fevereiro de 2002, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos Arts. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995. De acordo com a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, o Concurso obedecerá às instruções constantes do presente Edital.

2. O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e Promoção de Eventos, da Fundação Universidade de Brasília (CESPE-FUB), com o qual o IRBr mantém contrato de prestação de serviços técnicos especializados. O texto deste Edital e informações adicionais sobre o Concurso estarão disponíveis nos endereços eletrônicos do IRBr (<http://www.mre.gov.br/irbr>) e do CESPE (<http://www.cespe.unb.br/diplomacia>).

3. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata, de acordo com a ordem de classificação obtida, e a ter matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), do Instituto Rio Branco (IRBr), regulamentado pela Portaria Ministerial de 1º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

4. A aprovação no PROFA-I constitui condição essencial para a confirmação no Serviço Exterior, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado.

5. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria nº 01, de

07 de fevereiro de 2001, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de fevereiro do mesmo ano, que estabelece as condições de inabilitação aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso, respeitados os artigos 7º, XXI e 37, VIII da Constituição Federal, as Leis 7.853/89 e 8.112/90, e o Decreto nº 3.298/99,

1. DAS VAGAS

1.1. É fixado em 30 (trinta) o número de vagas a serem providas, de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

1.2. Do total de vagas, 3 (três) serão reservadas a portadores de deficiência e providas na forma do § 2º, do artigo 5º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 1999.

1.3. Para concorrer às vagas mencionadas no item anterior, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

1.4. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência deverão submeter-se, na Quarta Fase do Concurso, à perícia médica pela Junta de Avaliação, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de deficiência, sobre o grau da deficiência e sobre a capacidade física para o exercício do cargo.

1.5. Esses candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como à provável causa da deficiência.

1.6. As vagas definidas no subitem 1.2 que não forem providas por falta

de candidatos portadores de deficiência, por reprovação no Concurso ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem da classificação final.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições poderão ser feitas pela Internet (www.cespe.unb.br/diplomacia) ou pessoalmente, na sede do Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais. Para tanto, o candidato deverá preencher requerimento de inscrição e recolher a taxa de inscrição no valor de R\$ 70,00 (setenta reais), que em nenhuma hipótese será restituída ao candidato.

2.1.1. **Inscrições pela Internet:** Será admitida inscrição pela Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/diplomacia>, a partir das 10:00 horas do dia 7 de janeiro de 2002 e até às 21:00 horas do dia 22 de fevereiro de 2002 (horário de Brasília).

2.1.1.1 O Instituto Rio Branco e o CESPE não se responsabilizam por solicitações de inscrição via Internet não-recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.1.1.2 O candidato que desejar realizar sua inscrição via Internet poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição das seguintes formas:

- a) por meio de débito em conta-corrente, apenas para correntistas do Banco do Brasil;
- b) por meio de documento de arrecadação, pagável em qualquer lotérica; ou
- c) por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária.

2.1.1.3 O documento de arrecadação e o boleto bancário estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/diplomacia> e devem ser impressos para o pagamento da taxa de inscrição após o preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *on-line*.

2.1.1.4 O pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário ou de documento de arrecadação deverá ser efetuado até o dia 25 de fevereiro, primeiro dia útil após a data do encerramento das inscrições.

2.1.1.5 As solicitações de inscrição via Internet cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem anterior não serão acatadas.

2.1.1.6 As inscrições efetuadas via Internet somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição, que será feita das seguintes formas:

- a) para pagamentos efetuados por meio de débito em conta-corrente, comprovação de pagamento pelo Banco do Brasil;
- b) para pagamentos efetuados por meio de documento de arrecadação, comprovação de pagamento pela Caixa Econômica Federal; e
- c) para pagamentos efetuados na rede bancária, por meio de boleto bancário, comprovação de pagamento pelos bancos.

2.1.1.7 O comprovante de inscrição do candidato inscrito via Internet estará disponível no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/diplomacia>, após o acatamento das inscrições, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

2.1.1.8 O candidato inscrito via Internet não deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua responsabilidade exclusiva os dados cadastrais informados no ato de inscrição.

2.1.2. Inscrições na sede do Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais: os candidatos poderão também inscrever-se nos seguintes endereços:

a) Em Brasília:

- Instituto Rio Branco, Setor de Administração Federal Sul, Quadra 5, Lotes 2 e 3, CEP 70170-900, tels: (61)325-7000/5/6; fax:(61)322-8355; e-mail: irbr@mre.gov.br; Home-page: www.mre.gov.br/irbr.

b) nos Centros Regionais, nas seguintes capitais:

- **Belém (PA):** Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Av. Governador José Malcher, 349, Nazaré, CEP 66035-100, tels: (91) 242-5932/1043; fax: (91) 223-5506;

- **Belo Horizonte (MG):** Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. João Pinheiro, 100, 2º andar, CEP 30130-180, tel: (31) 3217-4604/4606, fax: (31) 3217-4610;

- **Curitiba (PR):** Fundação Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), Rua XV de Novembro, 1457, Centro, CEP 80060-000, tel: (41) 360-7400/360-7445; fax: (41) 362-2117;

- **Florianópolis (SC):** Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE, Universidade Federal de Santa Catarina, Trindade, CEP 88040-900, tel: (48) 331-8205/9200; fax: (48) 234-2324;

- **Fortaleza (CE):** Departamento de Letras Estrangeiras – Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2683, Benfica, CEP 60020-180, tel/fax: (85) 281-7036, fax (85) 281-7036/223-1642;

- **Porto Alegre (RS):** COPERSE – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, R. Ramiro Barcelos, 2574, CEP 90035-003, tel: (51) 3316-3114, fax: (51) 3227-1666;

- **Recife (PE):** Pós Graduação em Direito – Faculdade de Direito – Universidade Federal de Pernambuco. Rua do Hospício, 371, Bloco C, 2º andar, CEP 50060-080, tel/fax: (81) 3423-6056 / 3231-7551;

- **Rio de Janeiro (RJ):** Secretaria de Recepção e Apoio, Palácio Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196, Centro, CEP 20080-002, tel: (21) 2516-1744, fax (21) 2516-0939;

- **Salvador (BA):** Pró-Reitoria de Extensão – Universidade Federal da Bahia, Rua Leovigildo Filgueiras, 392, Garcia, CEP 40100-170, tels: (71) 328-7044/0124, fax: (71) 328-0127;

- **São Paulo (SP):** Memorial da América Latina, Av. Auro Soares de Moura Andrade, nº 664, CEP 01154-060, tels: (11) 3823-4703/4695, fax: (11) 3823-4699.

c) **no exterior:** nas Embaixadas, Missões Diplomáticas ou

Repartições consulares.

2.1.2.1 No caso das inscrições feitas no Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais, a taxa de inscrição deverá ser depositada na conta nº 33.448.112-0, Agência nº 3603-X, do Banco do Brasil S.A. (Banco 001), em favor de *CESPE-UnB*.

2.1.2.2 Ao solicitar a inscrição no Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais, o candidato deverá apresentar:

- a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer as condições exigidas neste Edital;
- b) original e fotocópia da carteira de identidade;
- c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário), que ficará retido.

2.1.2.3 Será permitida a inscrição por procuração, junto ao Instituto Rio Branco ou aos Centros Regionais, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador, o qual deverá estar em condições de prestar as informações solicitadas no formulário de inscrição. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, a qual ficará retida.

2.2. **Requisitos:** os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

- a) ser brasileiro nato, conforme Art. 12, § 3.º, V, da Constituição Federal;
- b) estar em dia com o serviço militar;
- c) estar em dia com suas obrigações de eleitor;
- d) haver concluído curso superior de graduação plena, reconhecido.

2.3. **Candidatos casados com estrangeiros:** O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da

Carreira Diplomática se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Regulamento de Pessoal de Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

2.4. **Local das provas:** no ato da inscrição, o candidato deverá declarar a cidade onde deseja realizar a prova da Primeira Fase, entre as opções relacionadas nas alíneas “a” e “b” do item 2.1.2 acima. Cabe notar que, embora na mesma cidade, o local de realização de provas poderá não ser o mesmo das inscrições. Cada Centro Regional orientará especificamente os candidatos a respeito. As provas da Segunda Fase serão realizadas na mesma cidade onde o candidato prestou o TPS.

Os endereços dos locais da prova serão divulgados nos endereços eletrônicos <http://www.mre.gov.br/irbr> e <http://www.cespe.unb.br/diplomacia>.

2.5. Os candidatos que tencionem concorrer às vagas reservadas aos portadores de deficiência e as candidatas que necessitem dispor de local reservado à amamentação durante as provas deverão indicar tais circunstâncias nos campos específicos do formulário de inscrição.

2.6. O Guia de Estudos, que contém a legislação, o programa e as informações relativas ao Concurso, bem como exemplos de provas do concurso anterior e as respectivas melhores respostas às questões formuladas, estará disponível nos endereços eletrônicos <http://www.mre.gov.br/irbr> e <http://www.cespe.unb.br/diplomacia>. Os candidatos que assim desejarem poderão recolher 1(um) exemplar do Guia de Estudos na sede do IRBr ou nos Centros Regionais.

2.7. Respeitadas as exigências deste Edital, o Diretor do IRBr deferirá os pedidos de inscrição em Edital a ser publicado no Diário Oficial da União antes do início da Primeira Fase do Concurso.

2.8. Normas gerais:

- a) sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;
- b) não haverá segunda chamada de prova alguma;
- c) as provas escritas serão feitas com caneta de tinta preta ou azul;
- d) no TPS apenas será permitido o uso de caneta esferográfica de tinta preta;
- e) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova, assegurados os direitos das mães lactantes, como previsto no item 11.3;
- f) será eliminado o candidato que: (i) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista; (ii) agir com incorreção ou descortesia; (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada; ou (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;
- g) será eliminado, ainda, o candidato cuja prova apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;
- h) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso;
- i) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

3. DAS FASES DO CONCURSO

3.1. O Concurso realizar-se-á em 5 (cinco) fases, em que todos os testes, provas e requisitos terão caráter eliminatório, segundo os critérios e os métodos de avaliação especificados neste Edital.

A Primeira Fase constará de um Teste de Pré-Seleção (ver item 4 abaixo).

A Segunda Fase terá duas provas: Português e Inglês (ver item 5 abaixo).

A Terceira Fase incluirá 7 (sete) provas: Questões Internacionais Contemporâneas, Português Oral, Inglês Oral, História, Geografia, Noções

de Direito e Noções de Economia (ver item 6 abaixo).

A Quarta Fase verificará as condições físicas, psíquicas e comportamentais dos candidatos (ver item 7 abaixo).

A Quinta Fase será a da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I), condicionada à satisfação das condições exigidas no item 2.2 deste Edital, e à apresentação do material e da documentação definidos no item 8 abaixo.

3.2. Só será admitido à prova ou à fase seguinte quem tiver sido aprovado na prova ou fase anterior.

4. DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

4.1. **Data, horário e local:** dia 16 de março de 2002, às 9 h (horário de Brasília), realizado simultaneamente em Brasília e nas cidades mencionadas na alínea “b” do item 2.1.2. acima. Terá a duração de 5 (cinco) horas.

Os candidatos deverão apresentar-se pelo menos 30 minutos antes do horário previsto para o início da prova.

No TPS apenas será permitido o uso de caneta esferográfica de tinta preta.

4.2. **Características** - O TPS é prova de caráter eliminatório e visa a identificar o grupo de candidatos cujos interesses e conhecimentos mais se aproximam dos que deverão ser desenvolvidos no IRBr no processo de formação e aperfeiçoamento do diplomata brasileiro.

As questões versarão sobre os programas das matérias do Concurso, incluindo, por exemplo, aspectos ligados ao uso das modalidades oral e escrita da língua portuguesa e da língua inglesa. Poderão também abordar temas da cultura brasileira e geral, além de temas da atualidade, e cobrar raciocínio lógico e analítico.

Será um teste de múltipla escolha.

4.3. **Crerios de avaliação** - O TPS privilegiará o nível médio dos candidatos, segundo fórmula aplicada pela FUVEST, da Universidade de

São Paulo, que, a partir de parâmetros básicos para a correção, distingue um conjunto mais homogêneo de aprovados.

O IRBr aplicará os seguintes parâmetros básicos:

- a nota de referência é 60 sobre 100;

- o número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso e, portanto, habilitados à Segunda Fase é, idealmente, 150, isto é, cinco vezes o número total de vagas abertas pelo Concurso (30).

Com base nesses parâmetros, aplicar-se-ão as seguintes fórmulas:

$$N = 150F$$

$$F = D + 0,4$$

onde N corresponde ao número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso, F, ao multiplicador que determinará o número dos candidatos aprovados, e D, ao resultado da divisão do número de pontos obtidos pelo 150º candidato pelo número total de pontos possíveis no TPS (100), isto é:

$$D = \frac{\text{nota (pontos obtidos) do 150º candidato}}{\text{nota máxima possível (100)}}$$

Os coeficientes numéricos que aparecem na definição do fator F foram escolhidos de modo que F seja igual a 1, se D for igual a 0,6, isto é, se a nota (pontos obtidos) do 150º candidato for igual a 60. Neste caso, os 150 primeiros candidatos no TPS serão aprovados na Primeira Fase do Concurso. Sendo a nota do 150º superior ou inferior a 60, o fator F será superior ou inferior a 150. Se, por exemplo, a nota do 150º for 70, F valerá 1,1, e serão aprovados 165 candidatos na Primeira Fase. Se, por outro lado, a nota do 150º for 40, F valerá 0,80, e somente serão aprovados 120 candidatos.

Como podem ocorrer empates, garante-se que todos os que obtiverem a nota de corte serão considerados aprovados na Primeira Fase.

Os critérios da FUVEST subordinam o resultado ao desempenho médio do grupo de candidatos. É o grupo que determina o número de candidatos que realizarão as provas da Segunda Fase. Em outras palavras, a nota de corte passa a depender não mais do universo de candidatos, nem de

uma nota mínima fixa, mas do índice médio de desempenho.

4.4. **Gabarito:** o gabarito do TPS estará disponível no dia 18 de março de 2002.

4.5. **Resultados:** o fator F finalmente calculado, em função da nota obtida pelo 150º classificado, será anunciado até às 18 h do dia 19 de março de 2002, juntamente com a relação dos candidatos aprovados na Primeira Fase.

Dados a divulgação do gabarito e o método eletrônico de correção, não cabe recurso aos resultados do TPS.

A relação dos aprovados da Primeira Fase será enviada imediatamente para publicação no Diário Oficial da União, em Edital que convocará os candidatos aprovados para a Fase seguinte do Concurso.

4.6. O resultado final do TPS não fará parte do cálculo da média global dos candidatos para efeito de ordem de classificação final no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

5. DA SEGUNDA FASE: PORTUGUÊS E INGLÊS

5.1. Português

5.1.1. **Data, horário e local:** dia 30 de março de 2002, às 9 h (horário de Brasília), na mesma cidade em que foi feito o TPS, tal como determinado no item 2.4. acima. Terá a duração de 5 horas.

5.1.2. **Características** - A prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor: 30 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 70 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos

escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

5.2. Inglês

5.2.1. **Data, horário e local:** dia 31 de março de 2002, às 9 h (horário de Brasília), na mesma cidade em que foi feita a prova de Português. Terá a duração de 5 horas.

5.2.2. **Características** - A prova escrita de Inglês constará de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos); versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); e exercícios textuais (valor: 20 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

5.3. **Aprovação:** serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinquenta), na de Inglês. O candidato que não comparecer a uma das duas provas, ou entregar uma prova em branco, ou com qualquer forma de identificação, estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

5.4. **Resultados:** os resultados da Segunda Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília, às 13 h do dia 29 de abril de 2002, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até às 18h deste mesmo dia. A vista de provas em Brasília e nos Centros Regionais será permitida a partir das 9 horas de 30 de abril de 2002.

5.5. **Recursos:** os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando requeridos pelo próprio candidato — não se admitindo, portanto, procurador para esse fim — e, sempre, nas cidades de realização da respectiva prova;

b) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido

pelo IRBr;

c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se tiver sentido prejudicado;

d) os requerimentos deverão ser apresentados até às 18 h do dia 3 de maio, em Brasília e nos Centros Regionais;

e) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

f) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva;

g) o resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até às 18 h do dia 8 de maio de 2002, na sede do IRBr, em Brasília, e, imediatamente, mandado para publicação no Diário Oficial da União, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as fases seguintes do Concurso.

6. DA TERCEIRA FASE

6.1. Os candidatos que tiverem sido aprovados nas provas da Segunda Fase nos Centros Regionais receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília e auxílio em dinheiro a partir do dia 22 de maio de 2002, data em que se deverão apresentar à sede do Instituto Rio Branco, e até quando se justificar sua presença na Capital Federal em razão do Concurso.

6.2. **Local e calendário:** as provas da Terceira Fase do Concurso realizar-se-ão na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília, entre os dias 23 de maio e 22 de junho de 2002, em horário e calendário a serem comunicados pela Secretaria do IRBr, e distribuir-se-ão da seguinte maneira:

a) Questões Internacionais Contemporâneas, Português e Inglês, no período de 23 a 27 de maio, em grupos alternados;

b) História, em 01 de junho;

c) Geografia, em 08 de junho;

d) Noções de Direito, em 15 de junho;

e) Noções de Economia, em 22 de junho.

6.3. **Das provas orais:** nesta fase, as provas de Questões Internacionais Contemporâneas, Português e Inglês serão orais.

6.3.1. **Questões Internacionais Contemporâneas:**

a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil;

b) na argüição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e de organizar sua exposição, e a forma de fazê-lo, do ponto de vista tanto da articulação de idéias como da capacidade de expressão verbal;

c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

d) o candidato sorteará três temas e terá 20 (vinte) minutos para preparar exposição sobre um deles;

e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da Bibliografia.

6.3.2 **Português:**

A prova oral de Português constará de avaliação da expressão e do correto uso verbal da língua pelo candidato, quando da prova de Questões Internacionais Contemporâneas. Será feita por Banca específica de Português, que acompanhará toda a exposição e argüição do candidato pela Banca Examinadora de Questões Internacionais Contemporâneas.

6.3.3. **Inglês:**

a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade do candidato de se expressar e de discutir adequadamente, em língua inglesa, assuntos relacionados ao texto preparado;

b) o candidato sorteará um texto e terá 20 (vinte) minutos para prepará-lo, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr;

c) a argüição constará de leitura em voz alta de parte do texto

selecionado, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de palavras ou frases e discussão de assuntos suscitados pelo texto.

6.3.4. **Aprovação:** será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima de 50 (cinquenta) em cada uma das provas;

6.3.5. **Resultados:** os resultados das provas orais serão divulgados até às 10 h do dia 28 de maio;

6.3.6. **Recursos:**

a) o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua argüição, mas não poderá reproduzi-la em fita, e, se o fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

b) os requerimentos deverão ser apresentados até às 13 h do dia 29 de maio, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr;

c) o resultado dos recursos será anunciado até às 18 h do dia 30 de maio e terá caráter irrecurável, passando a nota a ser definitiva.

6.3.7. O candidato reprovado em qualquer uma das provas orais será eliminado do Concurso.

6.4. **Das provas escritas:** nesta fase, as provas de História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas e:

a) terão a duração de cinco horas cada uma, com início às 9 h e término às 14 h;

b) serão compostas de cinco dissertações, no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

6.4.1. Nas provas de História e Geografia, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil.

6.4.2. Na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a

textos legais (a serem eventualmente fornecidos pela Direção do IRBr) quando expressamente autorizada.

6.4.3. A nota mínima exigida em História e Geografia é de 50 (cinquenta) pontos e, em Noções de Direito e Noções de Economia, 40 (quarenta).

6.4.4. A reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso.

6.4.5. O calendário de anúncio dos resultados e dos recursos, respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, é o seguinte:

Prova	Anúncio do resultado (13 h)	Apresentação de recursos (até às 18 h)	Resultado final (até às 18 h)
História	03/06/02	05/06/02	07/06/02
Geografia	10/06/02	12/06/02	13/06/02
N. Direito	17/06/02	19/06/02	21/06/02
N. Economia	24/06/02	26/06/02	28/06/02

7. DA QUARTA FASE: EXAMES MÉDICOS E PSÍQUICOS

7.1. **Data, local e horário:** os exames serão realizados a partir do dia 28 de junho de 2002, em local e horário a serem oportunamente informados pela Secretaria do IRBr.

7.2. **Características** - A Quarta Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria n.º 01, de 07 de fevereiro de 2001, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de fevereiro do mesmo ano.

7.3. **Junta de Avaliação:** conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação

física e psíquica dos candidatos uma Junta de Avaliação presidida pelo chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência em clínica geral e psiquiatria. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o “habilitado” ou “inabilitado”.

7.4. **Resultados:** os resultados da Quarta Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília, no dia 4 de julho de 2002.

7.5. **Recursos:** o candidato inabilitado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, pelo prazo de 24 horas, a contar da divulgação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta por quatro membros: (i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado a Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Se o desejar, o candidato inabilitado poderá designar, por sua conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua inconformidade com a avaliação inicial. Com base na reavaliação efetuada, a Junta emitirá laudo final, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o elevará, com seu parecer, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecurável.

7.6. **Resultados finais:** O resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Quarta Fase será anunciado até às 18 h do dia 5 de julho de 2002.

8. DA QUINTA FASE: MATRÍCULA

8.1. **Data, horário e local:** dia 08 de julho de 2002, às 9 h e 30m, na sede do IRBr, em Brasília.

8.2. **Matrícula:** a concessão da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I) dos aprovados no Concurso estará condicionada à apresentação à Secretaria do IRBr de:

a) três fotos 3x4;

b) original e fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de

nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor (iv), comprovante de votação atualizado ou documento equivalente, (v) diploma ou certificado de conclusão, até 28 de junho de 2002, de curso superior de graduação, devidamente reconhecido e registrado pela instituição brasileira competente conforme previsto pela Lei de Diretrizes de Base de 1996 (Lei nº 9.394).

8.3. Os candidatos casados deverão apresentar, adicionalmente, certidão de casamento, formulário de dados pessoais e uma foto 3x4 do cônjuge. Se o cônjuge for estrangeiro, deverá ser cumprida a exigência de que trata o item 2.3 deste Edital.

8.4 O não cumprimento de qualquer dos requisitos acima acarretará a eliminação do candidato no Concurso.

9. RESULTADO FINAL DO CONCURSO

9.1. Será considerado aprovado o candidato que, tendo sido considerado habilitado em todas as cinco fases do Concurso, tiver, adicionalmente, obtido média global igual ou superior a 60 (sessenta) nas provas da Segunda e Terceira Fases.

9.2. A ordem de classificação no Concurso, calculada com base nas respectivas médias globais, determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata.

9.3. O resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, isto é, pela ordem decrescente das respectivas médias globais, até às 14 h do dia 10 de julho de 2002, na sede do IRBr.

10. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

10.1. **Da nomeação:** Os candidatos aprovados no resultado final do Concurso serão imediatamente nomeados por ato do Ministro de Estado

das Relações Exteriores, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.º 83.940, de 14 de agosto de 1979, publicado no Diário Oficial da União.

10.2. **Da posse:** Uma vez nomeados, os candidatos aprovados no resultado final do Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação.

10.3. **Do exercício:** O Diretor do Instituto Rio Branco determinará a data de início do efetivo exercício, em até 15 (quinze) dias após a data da posse.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os programas das matérias do Concurso serão detalhados no Guia de Estudos de que trata o item 2.5 acima.

11.2. É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata para homens e indumentária correspondente para mulheres) da Terceira à Quinta Fases do Concurso. Exige-se, de toda maneira, traje apropriado para a Primeira e Segunda Fases.

11.3. É assegurado à mãe lactante, durante a realização das provas, local reservado para amamentação, caso manifeste tal necessidade no campo específico do formulário de inscrição. A candidata deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela criança durante o horário de realização de cada prova.

11.4. Identificação e Divulgação dos Resultados:

Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de Pré-Seleção serão dadas em formulário ótico.

Na Segunda e Terceira Fases, as provas escritas não serão identificadas, para efeito de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados ocorrerá a identificação em público.

11.5. **Aceitação das Normas do Edital:** o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO
DIRETOR

Programas

Bibliografias

Orientação para estudo

Exemplos de provas

Teste de Pré-Seleção

Português

Inglês

Questões Internacionais Contemporâneas

Geografia

Noções de Direito

Noções de Economia

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

Por sua peculiaridade dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, o Teste de Pré-Seleção (TPS) exige um comentário especial.

Trata-se, como o nome indica, de prova preliminar, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de questões de múltipla escolha possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade, o que constitui, para o Instituto Rio Branco, questão de princípio. Em 2001, por exemplo, inscreveram-se 3.097 candidatos no Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios de qualidade do Instituto Rio Branco.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnam condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS pretende colocar todos os candidatos, qualquer que seja sua procedência, em condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes de todo o país.

O TPS contrasta com os demais exames em aspectos essenciais e substantivos. As questões procederão majoritariamente dos programas das matérias constantes das outras fases do Concurso, inclusive dos de Português e Inglês. Outras procurarão verificar a capacidade de raciocínio dos candidatos. Para muitos, o saber é tributário do conhecimento tanto quanto do pensar bem e logicamente. Parte considerável das questões, no entanto, abrangerá uma gama de conhecimentos que, embora finita, possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), que não tem contornos demarcáveis, originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). O fato de ser uma prova menos previsível do que as das fases seguintes não é casual:

o TPS procura avaliar também a incorporação de um tipo de conhecimento que faz parte daquilo que se convencionou chamar de currículo oculto, constituído de um residual que não depende da memória momentânea, mas da memória permanente.

Para compreender com clareza a finalidade do TPS, deve-se levar em conta que o tipo de conhecimento por ele aferido é significativamente útil para o exercício proficiente da função diplomática.

Para o diplomata, o domínio da linguagem é essencial. Ele deve estar preparado para compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e para produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro, tal qual já foi definido anteriormente, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato também no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura como a de produção de texto podem ficar comprometidas.

Esse tipo de conhecimento é valioso também do ponto de vista positivo. Isto é, sua posse produz vantagens consideráveis para o diplomata, por se tratar de profissional cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais mensagens subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um saber abrangente auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente amena é, na verdade, obter informação privilegiada, ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade de uma competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contato, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de “captação de benevolência”. Além de habilitar o diplomata a munir-se de elementos para executar uma de suas tarefas primordiais, a de informar, a “captação de benevolência” auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS comportará, portanto, ao lado de avaliação referente aos programas das disciplinas objeto nas fases posteriores, questões relativas a um campo de conhecimento mais vasto, para o qual não se pode indicar

publicação preparatória específica, uma vez que esse saber, tão funcional para o exercício da Diplomacia, deve estar consolidado na memória do seu portador, fruto de vivência contínua, não programável ou controlável.

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo, com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 30 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 70 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

Programa:

1. Conceitos básicos de lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.
2. Intellecção e produção de textos: compreensão e interpretação textual; uso contemporâneo da língua portuguesa no Brasil, na modalidade escrita, em norma culta, em que se evidencie o domínio dos componentes gráfico, morfossintático, semântico, lexical e estilístico.
3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.
4. Noções de estilística.

Bibliografia:

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
CUNHA, Celso; CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*. 43. ed. Rio

de Janeiro: Editora Globo, 1997.

_____. *Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjetivos*, Editora Globo, Rio de Janeiro.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 18. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Editora Objetiva, SP, 2001.

KURY, Adriano da Gama. *Ortografia, Pontuação e Crase*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SAVIOLI, Francisco; FIORIN, José Luiz. *Manual do Candidato – Português*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

Orientação para estudo

No exame de Português, afere-se a capacidade do candidato de entender, isto é, ler, compreender e criticar textos escritos pertencentes aos diversos registros da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova requer o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que constituem a inteligência dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade - a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação aos textos originais, que lhe servirão de base.

A capacidade de avaliação e a criatividade - esta última com significativo relevo - são requisitos para a redação sobre o tema proposto,

ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo Concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato deverá escrever um pequeno ensaio, no qual procurará revelar, com fluência e adequação, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias encontradas nos textos-base reproduzidos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo como na redação, o candidato evidenciará pleno domínio da modalidade escrita em norma culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil.

Exemplo de prova

Leia os textos que se seguem.

Texto 1

A integração racial no Brasil

Marco Maciel*

Os tempos de afirmação social e de fecundas transformações por que passa a sociedade brasileira indicam que o país está finalmente engajado em um aspecto que diz respeito às suas responsabilidades históricas, às quais sucessivas gerações da elite política brasileira sempre demonstraram inconcebível alheamento. Refiro-me à questão étnica.

Oportuno lembrar a terrível, mas verdadeira, sentença prolatada por Joaquim Nabuco em sua pregação em favor do abolicionismo, quando afirmou que não bastava extinguir a escravidão no Brasil. Importante era erradicar seus efeitos. As formas ostensivas e disfarçadas do racismo, que permeiam nossa sociedade há séculos, sob a complacência geral e a indiferença de quase todos, são parte dessa obra inacabada, inconclusa, de cujos efeitos somos responsáveis.

A riqueza da diversidade cultural brasileira não serviu, em termos sociais, senão para deleite intelectual de alguns e demonstração de ufanismo de muitos. Terminamos escravos do preconceito, da marginalização, da exclusão social e da discriminação que caracterizam o dualismo social e econômico do Brasil. É chegada a hora de resgatarmos esse terrível débito, que não se inscreve apenas no passivo da discriminação étnica, mas sobretudo no da quimérica igualdade de oportunidades virtualmente asseguradas por nossas constituições aos brasileiros e aos estrangeiros que vivem em nosso território.

Se não seguirmos o conselho de Nabuco, pouco teremos feito para virar essa página mal-escrita de nossa história. Basta percorrermos os índices do desempenho social brasileiro para constatar o peso da herança histórica e da realidade sociológica do país. O papel da “ação afirmativa” deve indicar muito mais do que um simples diálogo ou a mera constatação de uma adversidade — mancha mais indelével em nossa trajetória política desde que nos transformamos em nação. Espero que o exame da experiência americana, a partir de alguns de seus marcos mais significativos, entre os quais a decisão da Corte Suprema revogando o entendimento quase secular da constitucionalidade da doutrina de “iguais mas separados”, sirva de inspiração para que possamos transitar do campo sempre fértil das promessas para o terreno mais promissor das realizações.

Temos de convir que a exclusão social, embora dramática sob o ponto de vista da desigualdade de oportunidades que se cristalizou como o marco diferencial de nossa civilização, gerou conseqüências que contribuem para agravar a discriminação racial. É uma espiral perversa, que não será vencida se nos ativermos às conseqüências sem remoção das causas. O Brasil terá de convencer-se de que os negros e seus descendentes deixarão de ser minoria no próximo século, pois já representam maioria em três das cinco regiões brasileiras.

Atualizaríamos o pensamento de Nabuco se às “medidas sociais”, a que aludiu, acrescentássemos as de natureza econômica.

Vencer o preconceito que se generalizou e tornar evidente o débito de sucessivas gerações de brasileiros para com a herança da escravidão que se transformou em discriminação é apenas parte do desafio. Se vamos

consegui-lo com o sistema de cotas compulsórias no mercado de trabalho e na universidade, como nos Estados Unidos, ou se vamos estabelecê-las também em relação à política, como acaba de fazer a lei eleitoral, com referência às mulheres, é uma incógnita que de antemão ninguém ousará responder. Não tenho dúvida de que, se não tivesse havido discriminação econômica, não teria havido exclusão social. Sem uma e a outra, a discriminação racial não teria encontrado o campo em que plantou raízes. O caminho da ascensão social, da igualdade jurídica, da participação política terá de ser cimentado pela igualdade econômica que, em nosso caso, implica o fim da discriminação dos salários, maiores oportunidades de emprego e participação na vida pública.

Nesse sentido, parece-me, o papel da educação será essencial. Lembra Nina Rodrigues que, no Brasil, até os traços predominantes da cultura negra em nosso multiculturalismo, se não desapareceram, pelo menos esmaeceram. Já não distinguimos mais, tal como aconteceu com a cultura indígena, o que e o quanto de nosso cotidiano devemos ao negro.

As conquistas jurídicas da Carta de 1988 — artigos 3º, 5º e 7º — têm de ser seguidas de conquistas econômicas, capazes de reverter a crença de que o sucesso, a ascensão e a afirmação dependem apenas do esforço individual na superação do preconceito.

É preciso que todos tenham consciência, sem que para isso sejam lembrados constantemente de que somos a maior nação africana fora da África.

Comparativamente à realidade dos Estados Unidos, temos a vantagem de não termos de superar a segregação e a separação, o que tanto esforço custou à sociedade americana. Em troca, temos de convencer uma parcela razoável da nossa gente de que medidas compensatórias em favor dos negros não representam apenas uma etapa da luta contra a discriminação, mas o fim da era da desigualdade, da exclusão, se pretendemos uma sociedade igualitária e mais justa.

In Correio Braziliense, em 25/XI/2000
Vice-Presidente da República

Texto 2

“... a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação...”

Gilberto Freyre, trecho de *Casa-Grande & Senzala* (1933).

Texto 3

No Brasil, observa-se a ocorrência de um preconceito de cor, diferente do preconceito de raça, visto que este subsiste mesmo quando o indivíduo não apresenta, exteriormente, qualquer característica da raça considerada inferior (como nos Estados Unidos, onde uma pessoa inteiramente loira, de olhos azuis e sem qualquer traço negróide pode sofrer as conseqüências do preconceito de raça, uma vez que se saiba que ela teve um ascendente negro, ainda que muito remoto); o preconceito de cor seria também diferente do preconceito de classe, por atingir mesmo pessoas das chamadas ‘classes superiores’, uma vez que sejam de cor negra ou parda. (...) A intensidade do preconceito de cor varia de acordo com as várias nuances que este atributo pode assumir no mestiço: quanto mais escuro é o indivíduo, mais ele sofre as conseqüências do preconceito de cor.

Oracy Nogueira, trecho de *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão para um quadro de interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*.

Elabore um resumo do texto 1.

- Extensão: de 200 a 250 palavras
- Valor: 40 pontos

Exemplo de resumo

Luiz Augusto F. Marfil (40/40)

Em seu texto: “A integração racial no Brasil”, Marco Maciel defende que a questão da discriminação racial transcende a herança escravagista da sociedade brasileira. O componente econômico é igualmente importante, pois afeta as esferas social, jurídica e política. A solução do passivo racial do País transita necessariamente pela educação e pela igualdade econômica.

A variável histórica da questão étnica é recuperada pela menção à militância abolicionista de Joaquim Nabuco: à extinção da escravidão, dever-se-ia seguir a erradicação de seus efeitos, quais sejam, o preconceito, a marginalização e a exclusão social. Esta é uma tarefa ainda por completar.

A dimensão econômica do problema racial sustenta que a discriminação econômica é a causa em última instância da exclusão social. Juntas, elas levam à discriminação racial. Decorre dessa premissa que a igualdade econômica – traduzida por iguais condições de salários, trabalho e participação na vida pública – é a base da ascensão social, da igualdade jurídica e da participação política. Nesse sentido, conquistas jurídicas devem seguir-se a conquistas econômicas.

A educação é essencial para a consecução da igualdade econômica. As ações afirmativas desenvolvidas no bojo da sociedade norte-americana ilustram a viabilidade e os resultados de ações sociais concretas pela emancipação sócio-econômica da população negra. A mobilização geral contra o racismo é condição necessária para a igualdade e a justiça social.

Desenvolva o tema:

Seu chefe em um posto no exterior foi convidado para participar de seminário sob o título “Discriminação e integração raciais”. Em virtude de compromisso profissional inadiável, ele informa haver combinado com os

promotores do evento que enviará para representá-lo o(a) funcionário(a) que apresentar o melhor texto sobre o tema “**A questão étnica no Brasil**”.

Submeta, pois, seu texto (extensão: de 450 a 600 palavras). Não é necessário referir-se aos promotores, nem explicar estar substituindo o(a) Embaixador(a), muito menos incluir fórmulas de cortesia aos demais participantes do seminário. Concentre-se no conteúdo da matéria.

Desaconselha-se citar os textos acima reproduzidos.

- valor: 60 pontos

Exemplo de redação

Karin Lumy Hondo (48/60)

“Somos mestiços na carne e no espírito”, afirmou Darcy Ribeiro sobre a composição do povo brasileiro. A consciência de sermos constituídos de uma mistura de raças, no entanto, serve para mascararmos uma outra realidade. A miscigenação e a recorrente idéia de que temos um convívio pacífico entre as raças encobrem uma disfarçada segregação social. A questão étnica no Brasil surge em um momento em que necessitamos olhar para nosso passado se pretendemos construir nosso futuro. De onde viemos e quem somos são indagações que devem fazer parte da reflexão de um projeto de Brasil que queremos ver arquitetado: um país mais justo e mais igualitário.

Em meados do século XIX, esboçaram-se as primeiras linhas sobre a identidade da nação brasileira. Na Europa, as teses científicas de superioridade da raça branca ganhavam força. No Brasil, a repercussão dessas teorias tomaram a forma de “embranquecimento”, segundo a qual a miscigenação entre as raças “embranqueceria” o povo brasileiro, em conseqüência da superioridade da raça branca. Silvio Romero foi o principal defensor desse pensamento, que ignorava a situação do negro e expandia a vergonha de ser mestiço. Machado de Assis e Mário de Andrade, dois grandes expoentes da literatura brasileira, eram mulatos, mas eram retratados como “brancos” em sua época. A

condição de marginalidade a que foi submetida a grande massa de escravos contribuiu para que se envergonhassem de sua cor.

A partir da Semana de Arte Moderna de 1922, a visão que se tinha do Brasil começou a mudar. O modernismo trouxe a busca de uma identidade nacional de uma perspectiva diferente. Era uma meditação apaixonada sobre as origens do povo brasileiro. O negro e o índio passaram a ser incorporados nas histórias sobre o Brasil. Em 1933, Gilberto Freyre, na obra *Casa-Grande & Senzala*, propôs uma nova maneira de olhar. Éramos uma mistura de culturas, antes que de raças. Constituía-se, então, o mito da democracia racial. Passamos a aceitar que a cultura negra estivesse presente entre nós. Contudo, a valorização da miscigenação desviava a atenção para o problema da exclusão social e econômica que, disfarçadamente, predominava no Brasil.

Roberto da Matta, na obra *Carnavais, Malandros e Heróis*, denuncia a ausência de integração social no País. “Cada macaco no seu galho” exprime de maneira clara a mentalidade que predomina, até hoje, na sociedade brasileira. Pregamos a cordialidade do cidadão brasileiro, destacamos a convivência pacífica de diversos povos no Brasil, porém nos esquecemos de que herdamos uma estrutura hierarquizada da época colonial.

Como conciliar nossas diferenças? O que fazer? Devemos, primeiramente, conscientizar-nos de quem somos. Não somos europeus, nem africanos, tampouco índios. Somos, na verdade, tudo isso e mais um pouco: nisseis, bárbaros, sefaradins, libaneses, entre tantas outras nações. Como Darcy Ribeiro nos definiu, pela teoria da “ninguendade”: o povo brasileiro é o mulato, que não é branco, nem africano, é mameluco, que não é índio, nem português. Ao aceitarmos quem somos estaremos dando os primeiros passos para o futuro.

Para superarmos os altos níveis de desigualdade social e diminuirmos a distância que nos separa, precisamos olhar nosso passado. É hora de redescobrirmos o Brasil, aceitarmos nossas diferenças, corrigir nossas distorções, refletirmos sobre a maneira de nos vermos. Por meio do debate e do diálogo aberto, estaremos nos preparando para erradicar nossas desigualdades e abrindo caminho para uma sociedade melhor.

Orientação para o exame de expressão oral em língua portuguesa

Juntamente com a prova de Questões Internacionais Contemporâneas, a ser realizada na Terceira Fase do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, os candidatos serão submetidos a exame de expressão oral em língua portuguesa.

Para tal, outros três examinadores, além dos integrantes da banca de *Questões Internacionais Contemporâneas*, participarão do processo de avaliação. Observe-se que a banca de expressão oral em língua portuguesa não atuará de forma ativa no processo de arguição dos candidatos.

Serão os seguintes os critérios de avaliação:

I – Fluência	Dicção	10
	Capacidade de comunicação	20
II – Linguagem	Correção gramatical	20
	Qualidade da linguagem	10
III – Conteúdo	Organização do pensamento lógico	20
	Coerência e coesão	10
	Capacidade de síntese	10

INGLÊS

A prova escrita de Inglês consta de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor de 50 pontos); versão de um ou mais textos (valor de 30 pontos); e exercícios sobre um ou mais textos que poderão incluir, entre outros, resumo, alteração de registro e substituição e/ou preenchimento de elementos textuais (valor: 20 pontos).

1. Bibliography:

1.1 The growing and widespread use of the Internet has made it possible to gain access to a vast array of content in English. In preparing for the exam, candidates are strongly recommended to use this tool to consult high-standard daily and weekly press publications, such as *The Times*, *The Washington Post*, *The Financial Times*, *The Economist* and *Time*. Many such publications are also available in printed form in Brazil.

2. Basic reference works:

2.1. English dictionaries:

- *THE LONGMAN Dictionary of Contemporary English*. London: Longman.
- *THE OXFORD Advanced Learner's Dictionary of Current English*. Oxford: Oxford University Press.
- *WEBSTER'S Collegiate Dictionary*. New York: BD&L.
- *THE RANDOM HOUSE College Dictionary*. New York: Random House.
- *LANGUAGE Activator*. London: Longman.
- *ROGET'S Thesaurus*. London: Longman.
- *COLLINS Cobuild English Language Dictionary*. London: Collins.

2.2. Bilingual dictionaries:

- *DICIONÁRIO Português-Inglês*. Porto: Porto Editora.

- *NOVO MICHAELIS: Inglês-Português, Português-Inglês*. São Paulo: Melhoramentos.
- TAYLOR, J. L. *Portuguese-English Dictionary*. Rio de Janeiro: Record.

2.3. Grammar, Usage, etc.:

- BENSON, M. *et alii.* *The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- *COLLINS Cobuild English Usage*. London: Harper Collins.
- CUTTS, Martin. *The Plain English Guide*. Oxford, Oxford University Press.
- FRANK, M. *Modern English*. Englewood-Cliffs, Prentice-Hall. (Plus the useful accompanying exercise books.)
- LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A Communicative Grammar of English*. London: Longman.
- HILL, J.; LEWIS, M. (eds.) *LTP Dictionary of Selected Collocations*. Hove: Language Teaching Publications.
- SANTOS, Agenor. *Guia Prático de Tradução Inglesa*. São Paulo: Cultrix.
- SWAN, M. *A Practical English Usage*. Oxford: Oxford University Press.
- THOMPSON, A.J.; MARTINET, A.V. *A Practical English Grammar*. Oxford: Oxford University Press.

3. Larger reference works:

- *COMPREHENSIVE Grammar of the English Language*. London: Longman.
- *OXFORD English Dictionary*. Oxford: Oxford University Press.
- *THE RANDOM HOUSE Dictionary of the English Language*. New York: Random House.
- *WEBSTER'S Third International Dictionary*. New York: BD&L.

- WALKER, Sara Burkitt. *Candidate's Handbook: English*. Brasília: FUNAG, 2000.

Orientação para estudo:

Composition (50 marks)

The examiners expect advanced knowledge of English combined with an ability to put it to effective use in a well-planned composition. A total of 50 marks is awarded for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (25 marks): here the examiners assess the correctness and appropriacy of the writing. One point is deducted for each serious mistake and half a point for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will automatically score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks): the three main considerations here are:

- (1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;
- (2) the relevance of ideas and exemplification to the subject of the composition; and
- (3) organisation of the text as expressed in features such as adequate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Apt illustration is a useful way to achieve this end. Passages that have patently been learnt by heart and are artificially engineered into the composition will be penalised.

Quality of language (10 marks): Marks are awarded on a positive basis in this item for good idiomatic English, varied constructions and a display of aptly chosen, broad-ranging vocabulary.

Candidates producing correct but pedestrian English of a distinctly elementary nature may score zero in this section, particularly if this is seen to be playing safe.

Translation (30 marks)

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of one or more texts in Portuguese. Points are deducted for translation faults, grammatical errors, wrong word choice, and bad style, should the latter impair the reading of the text. Half points are deducted for minor mistakes (including punctuation) and spelling.

Text-based exercises (20 marks)

The examiners assess ability to work with transformation and adaptation of texts in the English language. Aspects observed in this section of the exam include ability to summarise and think logically, command of grammar, vocabulary, usage, register and appropriacy.

Temas de redação de concursos anteriores

1996

“Colonies do not cease to be colonies because they are independent”.
(Benjamin Disraeli)

1997

Analyze the following statement in the light of 20th century history:
“Arms alone are not enough to keep the peace. It must be kept by men. The mere absence of war is not peace.”
(John F. Kennedy)

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

“The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures.”
(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

“The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth.”

(Aldous Huxley)

2000

Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialised nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies.

(José Goldenberg, *in Guardian Weekly*, November 1999)

2001

In the light of the following quotations, comment on the relations between economics, warfare, and the forging of the modern state.

What a country calls its vital economic interests are not the things which enable its citizens to live, but the things which enable it to make war.

Simone Weil in: W.H. Auden, A Certain World. 1971

Think of political economy as an historical process rather than some kind of established model. It begins – and this is often forgotten – with war, the father of all things. It was war, time and again pushing up the expenses of governments, that fostered the development of modern systems of taxation. For most of history, men lived in warfare states, not welfare states.

Those who prefer their political history to be finance-free need to remember that it was in large measure the quest for taxation that led to the spread of representative government. ‘No taxation without representation’ was not just a slogan of the American Revolution; it accurately describes a

historical process stretching back to medieval England, and indeed to ancient Athens. And as many states have sought to increase the taxation they exact, so they have found it hard to refuse a concomitant widening of political representation. A case in point was the great democratisation that occurred after the First World War, which can be understood as the political price for high wartime sacrifices.

Money does not make the world go round, but it establishes the framework – the cage, if you like – within which we live our lives. To understand this is not to be let out the cage. It does not even tell us who has the key. But at least it shows us where the bars are.

Niall Ferguson, *The Cash Nexus*. Harmondsworth: Penguin, 2001

Exemplo de redação

Felipe Augusto Ramos de Alencar da Costa (46,5/50)

As the American economy grinds to a halt and as its bourses hit record lows, the newly-elected American President makes the bombing of Iraq his first foreign policy statement. There are well-established links between economics and warfare. In fact, the making of the modern state can be explained by the relations between warfare and economics.

Clausewitz described warfare as the continuation of politics by other means. Although the twentieth century man has come to abhor warfare, it is, historically speaking, a natural state of events. It was through warfare that modern states came about. In medieval Europe, the need to raise large armies and to wage costly wars led to the centralizing of political power and to the development of modern systems of taxation in order to finance the wars. The power of the nobles decreased with the alliance between the king, who began to monopolize political power, and the bourgeoisie, who wielded economic power and financed the king's wars.

A few centuries later, the alliance between the bourgeoisie and the monarch began to break down as the bourgeoisie sought political recognition to match its growing economic power. Thus were created

constitutional monarchies and republics during the eighteenth and nineteenth centuries. Both systems increased political representation and created parliaments.

Economics is crucial to financing warfare. The opposite is also true. Warfare is often the basis of economic prosperity. Peace and prosperity do not always go hand in hand. The United States is a perfect example of this. Although the U. S. suffered great human losses, the United States' northern industrialized states greatly benefitted from the American Civil War. During the First and Second World Wars, the United States' territory remained unscathed by the conflicts, but its economy grew rapidly in order to supply food, clothes, weapons and ammunition to the warring nations in Europe.

What a country considers to be its vital economic interests, according to Simone Weil, are not the things the country needs to live, but the things it needs in order to wage wars. Alsace and Lorraine were small pieces of territory disputed by France and Germany because they were rich in coal and iron ore, two key ingredients in building weapons and in fighting wars. It was no coincidence that the European Union, initially aimed at avoiding another major conflict on the continent, began with the joint administration of its members' iron ore and coal production.

Economics is crucial to financing warfare and warfare is often the key to economic prosperity. A new Gulf war may be the means of pulling the world's largest economy out of recession. After the previous Gulf war, the United States enjoyed ten full years of economic growth. Military spending may be the way out of recession.

Exemplos de tradução

Translate the following texts into English:

Text A

À exceção de quatro pequenos poemas publicados por acaso, Emily Dickinson (1830-1886) nada viu impresso de seu no decurso de uma estranha vida de quase absoluta reclusão e de intenso debruçar-se sobre si mesma e

sobre a essência da limitada escala dos objetos que a rodeavam. Escreveu, todavia, mais de mil e seiscentos poemas (dos quais uns trezentos ainda hoje inéditos, ao que sabemos), que só foram publicados, e em parte, bastante tempo após sua morte. O gênio de Emily Dickinson demorou ainda mais em ser reconhecido. Somente durante os últimos anos da década de vinte, já neste século, sua obra começou a adquirir verdadeira importância, só então entrando a agir como força transformadora da poesia mundial. Hoje a unanimidade da crítica tem-na considerado como o maior poeta americano do século XIX, ao lado, e completando, e “compensando”, Walt Whitman; o francês René Taupin, por exemplo, numa dessas frases de relativa significação, declara-a superior a Safo, enquanto o inglês Mertin Armstrong, menos entusiástico, diz de sua poesia tratar-se “da mais bela escrita por mulher, em língua inglesa”.

A glória, no entanto, de Emily Dickinson, não depende, de modo algum, de sua condição de mulher.

Mário Faustino, “Emily Dickinson” in *Poesia – Experiência*.
São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

Christiano Sávio Barros Figuerôa (12/15)

*Except for four little poems published by chance, Emily Dickinson (1830-1886) saw nothing of her work printed in the course of her strange life of almost absolute seclusion and of intense thinking about herself and about the essence of the limited scale of objects that surrounded her. She wrote, nonetheless, more than a thousand and six hundred poems, which were only published - partially - long after her death (as far as we know, some three hundred poems of hers are still unpublished). Emily Dickinson's genius was recognized even later. Only during the last years of the twenties, already in this century, did her work begin to acquire true importance and then started to act as a transforming force of world poetry. Today, critics are unanimous in considering her the best American poet in the XIXth century, beside, and completing, and “compensating for” Walt Whitman; * Frenchman René Taupin, for instance, in one of*

*his relatively significant sentences, declares her to be superior to Sapho, whereas * Englishman Mertin Armstrong, less enthusiastic, says her poetry is "the most beautifully written by a woman, in English language".*

Emily Dickinson's glory, however, does not depend on, in any way, her condition as a woman.

Text B

Às oito e meia da noite de 16 de março de 1964 eu não sabia que minha vida ia mudar. Às nove horas ia passar pela primeira vez no Brasil o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha. Três dias antes, eu estivera no comício de Jango na Central do Brasil, onde a noite caíra estrelada por milhares de tochas de petróleo que os trabalhadores da Petrobrás erguiam como personagens de Eisenstein e eu olhava apaixonado o rosto da primeira-dama no palanque.

Todos nos sentíamos "históricos", como caídos de repente na praça amotinada de São Petersburgo ou vendo a decapitação de Maria Antonieta na Bastilha.

Eu estava ali dentro, mas não me sentia muito parte daquilo tudo. Estranho, um Presidente da República pedindo apoio a uma multidão de miseráveis para salvá-los. De quê? Sua mulher parecia alheia, linda, intocada por aquela massa. [...] Uma revolução seria feita, mas não rolou nada. Dali a três dias, num cinema do Rio, fez-se uma.

[O] filme começou. Um plano aéreo do sertão de Cocorobó. Corte súbito para o olho morto de um boi roído de sol. Villa Lobos na trilha. E caiu um silêncio sideral na sala. Todos os olhos estavam sendo feridos por imagens absolutamente novas. Como explicar isso? Não apenas um bom filme que víamos. Nada. Era um país que nascia à nossa frente.

Arnaldo Jabor, "Deus e o Diabo na Terra do Sol",
in: Folha Conta Cem Anos de Cinema. São Paulo, 1995.

Edimilson Ferreira da Silva (12/15)

At eight p.m., in the night of March 16th 1964, I did not know that my life was going to change. At nine, Glauber Rocha' God and the Devil in the Land of the Sun was going to be released in Brazil. Three days before that, I had been at Jango's rally at Central Station. There, night had fallen. Instead of stars, thousands of petrol torches held by employees of Petrobras who resembled Eisenstein's characters. And I regarded with passion the First Lady's face as she stood on the platform.

We all felt "historical", as if we had suddenly been transported to St. Peterburg's square at the time of rebellion, or to the Bastille, at the moment of the queen of France.

I was there, but I didn't really feel I belonged there. How weird it was to see the President of the republic asking for support from a crowd of neglected people, asking these people to save the two of them. Save them from what? His wife looked aloof, beautiful, untouched by the mass. (...) A revolution would be made, but nothing came of it. Three days later, in a movie theatre in Rio de Janeiro, we had one.

(The) film began. An aerial view of Cocorobo's savannah. Sudden cut. Now a sunburnt bull's eye. Villa-Lobos on the score. Absolute silence in the audience. All eyes were being struck by absolutely new images. How was that to be explained? It was not only about a good film we were watching. Not really. It was about a country coming to existence in front of us.

Exemplos de exercícios textuais

1. Report on the status of digital technology and its role for the development of China in the light of the views and facts expounded in the following two articles.

Value: 10 marks.

Extension: about 300 words in length and be written in formal language.

Hello, is the rest of China there?

Now that permanent normal trading relations with China are more or less permanent and almost normal, conventional wisdom dictates that Chinese consumers will emerge healthier, wealthier, and more wired under the new telecom-friendly, pro-market regime. But internal Chinese turf wars over telecom services and infrastructure paint a more complex picture.

Faced with a rush of foreign investment, nervous state monoliths are fiercely battling for territory. Nowhere is this urgency more apparent than in the race to build and control China's nascent information superhighway, where the telecommunications and cable/broadcasting sectors are exchanging body blows. At stake is universal communications service, as well as the hazy, evolving notion of the public interest in China – the “right” to be wired – a point made by University of California at San Diego Professor Yuezhi Zhao in the telecommunications and media journal *info*.

Zhao outlines the regulatory background of today's battles, detailing the history behind the elite-driven establishment of China's telecommunications network and the somewhat more ad hoc (and widespread) development of a cable and broadcasting network. Although each bureaucracy is fighting for the right to provide broadband – a high-volume telecommunications pipeline – to the masses, a deep-seated ideological chasm divides the two sides: while the telephone was traditionally a means of elite political communication, cable television, as an organ of party propaganda, has been accessible to ordinary households in ordinary villages since its inception.

Behind the street battles – and there have been many, with wire-cutting teams and armed crews out in force – questions loom. Should communications service be treated as a commodity or as a public good? Should the public interest, encompassing the notion of communications access for all of China's citizens, be equated with the emerging notion of consumer interest, as embodied by China's rising and bottom-line-oriented middle class? As Zhao points out, China's uneasy transition from a planned economy to a market economy has blurred traditional roles and left many government offices focusing on profit motive rather than public service. The result, the author notes,

is an out-of-control telecommunications build-up that rewards foreign suppliers without necessarily promoting development.

Underlying the internal political rifts is another chasm: the so-called digital divide, or gap between the world's wired and unwired – in this case the gap between China's ultraconnected urban areas and its muffled hinterlands. Glossy media images of Beijing residents in hip Internet cafés contrast sharply with the reality of one village the author visited last year. Nearly 10 percent of its households had dropped cable television due to sharply increasing fees. For those who assume a smooth digital future for all of China, Zhao's arguments should provide some static.

Shanti Kalathil, in FOREIGN POLICY, Sept./Oct., 2000

Wired “Greater China” Could Link the World

The historian Barbara Tuchman called it “One of the great ‘ifs’ and harsh ironies of history,” that in January 1945 Mao Zedong and Zhou Enlai offered to travel to Washington to negotiate China's future directly with President Franklin Roosevelt. Tragically for the future of China and the West, the effort was buried by hostile State Department personnel.

The river of history does not flow down high stone canyons; it can turn in directions unforeseen by those who guide it and misunderstood by those who study it. But the Internet and digital technology offer a redefinition of communication between nations, a decentralization of diplomatic and economic links.

In this new global civilization connected by modems, optical fiber cables and satellite transmission, the People's Republic of China and Greater China – including ethnic Chinese communities throughout the Pacific rim, from Bangkok to Sydney, from Singapore to Vancouver – will be a crucial nexus. The direction they select will change the world.

Here are three scenarios:

- A low-integration China where, in the face of catastrophic unemployment

from the privatization of state-owned enterprises and a backlash from those who do not benefit from free markets, China retreats from the global economy and gives up its efforts at economic reform. New-technology channels such as the Internet are closed in the cause of greater political stabilization.

- A selectively open China, a version of the current situation, in which more industrial and business sectors are privatized, but where the Internet is not allowed a major role because Beijing lacks control over its content. The main risk of this choice is being cut off from the explosive impact of technological changes.
- A virtual greater China that would involve a deep electronic integration across political, military, legal, economic and sociocultural domains, in science, technology, medicine and ecology. Beijing, in collaboration with Taiwan and Singapore, would invest in and build a network linking the remotest villages of the mainland with all the communities of the Chinese diaspora.

By choosing this third path, Beijing could profoundly alter the way the world thinks and acts within an integrated economy. Today, we consider and describe economies in national terms and put the label “global” on trade between countries. This is an archaic distinction - countries do not exist in the world of e-commerce.

The Ming admiral Zheng He (1371-1435) led seven trading and exploration voyages that visited 37 countries, from what is now Vietnam to Arabia. His journeys seeking trade and information contrasted with the ensuing European voyages of conquest.

Historians of China have often lamented that the Ming chose to not follow up on admiral Zheng’s ideas and discoveries. Today the Internet has provided China the opportunity to reverse that mistake. The Chinese diaspora is the most populous and widespread ethnic community in history. If it were integrated through new communications technology, an emerging virtual China could become the foundation of world peace and prosperity.

Howard Perlmutter and David Perlmutter, in *International Herald Tribune*, 02/03/2001

Exemplo de resumo

Felipe Augusto Ramos de Alencar da Costa (10/10)

The introduction of digital technology in China is a challenge to its current political and economic systems. The future of the digital revolution in China is uncertain, but the choices made by its political elite will be crucial to its future economic development.

Two main sectors of the Chinese economy battle for the control of China’s information superhighway. The telecommunications sector, tightly controlled by state bureaucracy, made the telephone a commodity for the elite. The cable/broadcasting sector, on the other hand, made cable television an instrument of party propaganda, widely available to all households. Both sectors compete to provide broadband communications infrastructure to the Chinese.

The question remains whether access to communication services will be considered a public good or a luxury. So far, a strong contrast exists between the highly-connected urban areas and the unconnected countryside. China itself seems to illustrate the world’s digital divide.

The outcome of the information technology revolution in China, however, will determine its economic future. Howard and David Perlmutter elaborate on three possible scenarios. In the first scenario, in order to preserve its political stability, China abandons the internet and its efforts in opening up its economy. In the second scenario, China allows the internet to play a restricted role, as it appears to be doing today, and some industries and businesses are privatized. In a third scenario, Chinese leaders allow a profound development of electronic technology and link Chinese living across the world.

According to the authors, allowing the full development of digital technology will have a profound and positive effect on China’s development and may be the basis of world peace and prosperity.

Read the following passage and fill in each blank with one missing word:

Value: 10 marks.

Everyone wants his or her rights, and will defend them (1) _____. Not everyone, (2) _____, wants responsibilities, (3) _____ the painful responsibilities that come with law enforcement. Twenty-one years ago a woman named Kitty Genovese was assaulted and murdered on a street in New York. Dozens of neighbors heard her (4) _____ for help but did (5) _____ to assist her. They didn't (6) _____ call the police. In (7) _____ a climate the criminal understandably grows (8) _____. In the presence of moral cowardice, he lectures us on our supposed failings and (9) _____ to equate his crimes with our (10) _____ for justice.

The death of anyone - even a convicted killer - diminishes us (11) _____. But we are diminished even more by a justice system that fails to (12) _____. It is an illusion to let (13) _____ believe that doing (14) _____ with capital punishment removes the murderer's (15) _____ from our conscience. The rights of society are (16) _____. When we protect guilty lives, we give up innocent lives in (17) _____. When opponents of capital punishment say to the state: "I will not (18) _____ you kill in my name," they are also saying to murderers: "You can kill in your *own* name as long as I have an excuse for not getting involved."

It is hard to think of anything worse than being murdered while neighbors do nothing. But something worse (19) _____. When those same neighbors (20) _____ back from justly punishing the murderer, the victim dies twice.

Edward Koch, *The Little, Brown Reader*
in: *Law: A Rule of Human Acts*. Beijing:
Unicorn English Reading Library - Tsinghua, 2000

Exemplo de respostas
Felipe Augusto Ramos de Alencar da Costa (9/10)

1. *accordingly*
2. *however*
3. *especially*
4. *cries*
5. *nothing*
6. *even*
7. *such*
8. *bolder*
9. *tries*
10. *hopes*
11. *morally*
12. *act*
13. *people*
14. *away*
15. *guilt*
16. *sacred*
17. *return*
18. *let*
19. *exists*
20. *cowardly*

Orientação para exame oral

Guidelines

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words**. The summary should take only **one or two minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them. The marks for the orals will be allocated as follows:

I - FLUENCY	Pronunciation, Intonation & Diction	15
	Ability to Communicate	15
	Subtotal:	30
II - LANGUAGE	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	Subtotal:	30
III - CONTENT	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	Subtotal:	40
	TOTAL:	100

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova é oral e tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

A banca examinadora considerará em sua avaliação os seguintes quesitos:

- o tratamento do tema sorteado que privilegie sua análise à luz da realidade e dos interesses brasileiros;
- a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema;
- a estrutura da exposição, a precisão conceitual, a capacidade de situar o tema e indicar suas diferentes dimensões;
- a articulação de idéias e a capacidade de expressão verbal do candidato.

O candidato sorteará três pontos e terá 20 (vinte) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre o tema sorteado.

Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados abaixo são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é essencial a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras (alguns dos quais disponíveis no endereço eletrônico do Ministério das Relações Exteriores, www.mre.gov.br, no item "Discursos").

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto.

1. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Novas configurações e antigas rivalidades político-estratégicas.
2. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Globalização e regionalização.
3. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Dimensões cultural, étnica, confessional e axiológica.
4. Os temas da agenda global. Meio ambiente e desenvolvimento.
5. Os temas da agenda global. Desenvolvimento social e humano.
6. Os temas da agenda global: os direitos humanos
7. Os temas da agenda global: o terrorismo e o narcotráfico.
8. A problemática do desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis no pós-Guerra Fria.
9. O entorno regional. Mercosul.
10. O entorno regional. A integração hemisférica.
11. O entorno regional. As perspectivas de integração com os países Andinos e Amazônicos.
12. Inter-relação entre as agendas comercial, social e ambiental em âmbito global. Migrações, padrões trabalhistas, direitos humanos e meio ambiente.
13. Principais temas na agenda das Nações Unidas. Conselho de Segurança. Assembléia Geral. ECOSOC.
14. Principais temas na agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC).
15. Principais temas na agenda do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). O papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Perspectivas de reforma do sistema de Bretton Woods. O papel do Banco de Compensações Internacionais (BIS).
16. Sanções internacionais. Aplicações multilaterais, unilaterais e seletivas. Legalidade, legitimidade e eficácia.
17. Relações Brasil- Estados Unidos e países do NAFTA.
18. Relações Brasil-União Européia e países específicos da região.
19. Relações Brasil-Ásia e países específicos da região.
20. Relações Brasil-África e países específicos da região.
21. Relações Brasil-Oriente Próximo e países específicos da região.

22. Relações Brasil-América Central e Caribe e países específicos da região.
23. Perfil do Brasil na OCDE e UNCTAD.
24. Perfil do Brasil na ZOPACAS, CPLP e Conferência Ibero-Latino-americana.
25. Perfil do Brasil no Grupo do Rio, Cúpulas Hemisféricas e G-15.
26. Perfil do Brasil em termos de segurança hemisférica e operações de paz.
27. A diplomacia presidencial.
28. A diplomacia consular.
29. A relação entre a política interna e a política externa
30. A diplomacia federativa.
31. Diplomacia, opinião pública, imprensa e academia.
32. A diplomacia pública e parlamentar.
33. A diplomacia político-partidária e o interesse nacional.
34. Diplomacia, defesa nacional e segurança internacional.
35. Diplomacia e comércio exterior no mundo globalizado.

Bibliografia

a) Livros :

- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- ARON, Raymond. *Guerra e Paz entre as Nações*. 2. ed. Brasília: EdUnB, 1986.
- CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: Memórias*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CASTAÑEDA, Jorge. *A Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- CERVO, Amado Luiz (organizador). *O Desafio Internacional*. Brasília: EdUnB, 1994.
- CORREIA, Luiz Felipe de Seixas. *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*. Brasília: FUNAG, 1995.
- EVANS, Peter B.; JACOBSON, Harold K.; PUTNAM, Robert D. (editors). *Double Edged Diplomacy*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1993.

FLORÊNCIO, Sergio A. L.; ARAÚJO, Ernesto H. F. *Mercosul Hoje*. São Paulo: Alfa-Omega, 1996.

FONSECA Jr, Gelson. *A Legitimidade e outras Questões Internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

KENNEDY, Paul. *Preparando-se para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Collindale, Delaware: Diane, 1998.

LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAMAZIÈRE, George. *Ordem, Hegemonia e Transgressão: A Resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a UNSCOM e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa*. Brasília: FUNAG, 1998. (Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco).

MCGREW, Antony; HELD, David. *Pós e Contrás da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. *Manual do Candidato: Questões Internacionais Contemporâneas*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2000.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: The struggle for power and peace*. 6. ed. New York: Mc-Graw-Hill, 1985.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de Segurança Coletiva*. Brasília: FUNAG, 1998. (Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco).

QUEIRÓS MATOSSO, Kátia de; MUZART-FONSECA DOS SANTOS, Idelette; ROLLAND, Denis. *Le Brésil, l'Europe et les Équilibres Internationaux*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbone, 1999.

RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil: ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

WEISS, Th. G.; FORSYTHE, D.P. ; COATE, R. A. *The United Nations and Changing World Politics*. 3. ed. San Francisco: Westview, 2000.

b) Artigos

BARBOSA, Rubens Antonio. "O Brasil e suas opções internacionais", in *Política Externa*, vol 3. nº 3. 1994-1995.

Bibliografia sugerida:

Além da bibliografia acima identificada, sugere-se a leitura de:

- livros de diplomatas que, como resultado de suas experiências no exercício de altas funções na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, consagraram sua visão da diplomacia e de períodos da política externa brasileira:

BARBOSA, Mario Gibson Alves. *Na Diplomacia, o Traço da Vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

CORRÊA JUNIOR, Manoel Pio. *O Mundo em que Vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.

LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia Brasileira: Palavras, Contexto e Razões*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

LIMA, Paulo Tarso Flecha de. *Caminhos Diplomáticos: 10 anos de Agenda Internacional (1985-1995)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

- publicações do IPRI/FUNAG na *Coleção Política Externa* e os *Cadernos do IPRI* (Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais);

- periódicos especializados em relações internacionais, notadamente as revistas *Foreign Affairs* (www.foreign.affairs.org/) e *Política Externa* (Paz e Terra: São Paulo). Outras publicações recomendadas: *Le Monde Diplomatique* (www.monde-diplomatique.fr/index.html), *Carta Internacional*, consta nos sites: www.relnet.com.br e www.usp.br/relint/ (USP/FINEP/FUNAG, São Paulo), *Contexto Internacional* (IRI/PUC-Rio), *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI) e a revista *Parcerias Estratégicas*, publicada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR.

Alguns dos títulos sugeridos na bibliografia não têm tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editores) a todas as partes do mundo.

HISTÓRIA

A prova de História constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, três das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL

Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra. As relações com a Europa.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:
 - a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
 - b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937.

A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.

8. O Brasil Republicano - Economia:

a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período.

10. O Brasil Republicano - Política Externa:

a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período.

c) O período 1985-1999. A redemocratização. A crise do modelo tecnoburocrático e do nacional-desenvolvimentismo. Sociedade e cultura no período.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

A) História do Brasil:

CAMPOS, Flávio; Dohnnikoff, Miriam. *Manual do Candidato: História do Brasil*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: DIFEL.

_____. *A Segunda República*. São Paulo: DIFEL.

_____. *A Terceira República (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

_____. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000. 2 v.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Nacional, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, v.7)

_____. ; FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil.

IGLESIAS, Francisco. *Trajatória Política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Liliam Moritz. *As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

B) História Mundial Contemporânea:

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. 11. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique ; FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTr, 1996.

CASTAÑEDA, Jorge C. *A Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

GAY, Peter. *A Cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GRENVILLE, J. A. S. *A History of the World in the Twentieth Century*. Cambridge, Massachussets: Harvard, 2000.

HALL, J. A. *Powers and Liberties: the causes and consequences of the rise of the West*. London: Penguin, 1992.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *A Era do Capital*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *A Era dos Extremos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1997.

_____. *A Era dos Impérios*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. São Paulo: UNESP, 1992.

OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

_____. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História : entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

VAISSE, Maurice, *Les Relations Internationales Depuis 1945*. 6. ed. Paris: Armand Collin, 1999.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BELY, Lucien. *L'invention de la Diplomatie*. Paris: PUF, 1998.

BERG, Eugène. *La Politique Internationale Depuis 1955*. Paris: Economica, 1989.

FERRO, Marc. *História das Civilizações: das conquistas às independências, séc. XVII ao XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

JOLL, James. *Europe Since 1870*. London: Penguin Books, 1990.

KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monolito*. São Paulo: UNESP, 1999.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*. 5. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ROBERTS, J. M. *History of the World*. New edition. London: Penguin, 1990.

PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12). Cambridge: Cambridge University Press.

THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. 4. ed.

Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

———. *A Grande Crise*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Exemplo de Prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

1. No clássico *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado afirma que “numa economia do tipo da brasileira do século XIX, o coeficiente de importações era particularmente elevado, se se tem em conta apenas o setor monetário, ao qual se limitavam praticamente as transações externas”.

Justifique a afirmativa acima, tomando como base a transição da economia escravista-exportadora para o novo sistema sustentado no trabalho assalariado.

Luiz Augusto Ferreira Marfil (20/20)

O coeficiente de importação mensura a parcela da demanda interna que é suprida por recursos físicos ou financeiros provindos do exterior. Quando Celso Furtado particulariza esse fenômeno quanto a seu aspecto monetário, ele chama a atenção para os elevados superávites financeiros do balanço de pagamentos brasileiro no século XIX. A existência desse fluxo líquido de recursos para o país reflete o agravamento do processo de endividamento externo como variável compensadora da ausência de capitais dentro do Brasil Imperial que financiassem a transição do escravismo para uma economia capitalista assentada no trabalho assalariado.

A proclamação da independência não representou uma ruptura na ordem econômica herdada do Pacto Colonial. Se por um lado o exclusivo metropolitano deu lugar a uma economia de trocas com mercados mais amplos, por outro o sistema de monocultura voltada ao setor externo e de base escravista permaneceu inalterado. Neste aspecto, o ciclo cafeeiro mostrou-se mais uma alteração do eixo econômico (do Nordeste e de Minas para São Paulo e Rio de Janeiro) do que de padrão

produtivo. O sistema de commodity apresentou-se limitado quanto às possibilidades de acumulação interna nos primórdios do ciclo cafeeiro, pois a ausência de dinamismo da economia permitia somente o enriquecimento dos grandes proprietários de terras – de empreendedorismo reacionário e relações de intercâmbio desfavorável com o resto do mundo. Somem-se as instabilidades e crises inerentes à economia tradicional de commodity.

O esgotamento do modelo escravista do Império e sua transição para a economia de trabalho assalariado deram-se por necessidades primordiais de expansão de mercado do capitalismo liberal inglês. O Brasil necessitava ser inserido na ordem econômica não somente como um provedor de matérias-primas e produtos tropicais, mas também como um mercado consumidor relevante. A Inglaterra patrocinou o fim do escravismo no Brasil e ajudou o governo brasileiro e os proprietários de terras a financiar a vinda de mão-de-obra imigrante e a reorganizar a estrutura do trabalho no país. O mecanismo de dinamização dos mercados consumidores foi duplamente vantajoso para a Coroa Inglesa: à ampliação do mercado brasileiro seguiu-se o aumento de endividamento e da dependência do país com os bancos ingleses, num cenário de gestação do Capitalismo Financeiro, fenômeno atestado pela carta financeira do balanço de pagamentos do Brasil.

2. A política exterior do Brasil ao longo do século XX preocupou-se em manter alto grau de continuidade em suas formulações e ações. Portadora do paradigma da singularidade - que significa a valorização dos desígnios próprios à afirmação da responsabilidade internacional do Brasil - e de um paradigma pragmático - que traduz o desinteresse pelas paixões ideológicas -, a política exterior também incorporou, no curso do século, visões emanadas da sociedade brasileira.

Com base nessas considerações, observe, dos anos 1930 a nossos dias, o peso de duas visões marcantes da sociedade brasileira e suas implicações para o encaminhamento da política exterior do Brasil:

- a) o desenvolvimento e a política exterior do Brasil; e
- b) a paz e a política exterior do Brasil.

Christiano Sávio Barros Figueirôa (20/20)

Introdução: Analistas costumam dividir a política externa brasileira em três grandes fases: 1. a constituição do espaço nacional, ainda nos tempos da colônia, em que, por meio de bandeiras e entradas, o território brasileiro expande-se além de Tordesilhas e adquire mais ou menos a configuração atual; 2. a consolidação do espaço nacional, em que se destaca a ação do Barão do Rio Branco na solução das questões fronteiriças, tornando-o “herói” perante a opinião pública da época, e até hoje; 3. o desenvolvimento do espaço nacional, fase que se estende até nossos dias, iniciada na década de 1930.

a) *Dessa forma, o desenvolvimento nacional é um dos objetivos fundamentais da política externa brasileira desde os anos 30, refletindo com isso os anseios da sociedade brasileira. O que varia são os métodos e estratégias por que se buscam esses desenvolvimentos dentro da tradição de “continuidade e renovação” (Lampreia) de nossa diplomacia. Os momentos em que se acreditou que o desenvolvimento nacional dependia de um alinhamento automático à potência dos EUA (o governo Dutra, a “correção de rumos” de Castello Branco) revelaram-se infrutíferos, de forma que as notas prevaletentes na busca do desenvolvimento em nossa política externa têm sido as do pragmatismo e autonomia.*

Assim ocorreu com a “equidistância pragmática” do governo Vargas, procurando extrair concessões tanto da Alemanha quanto dos EUA para o desenvolvimento da indústria nacional no quadro da II Guerra. Juscelino Kubitschek, por sua vez, tentou com a Operação Panamericana articular seu programa desenvolvimentista com a lógica da Guerra Fria, advertindo que “a maior ameaça ao capitalismo é o subdesenvolvimento”. Rompeu com o FMI quando as exigências desse órgão contrariaram seu Plano de Metas. Talvez o maior exemplo da

centralidade da luta pelo desenvolvimento na política externa brasileira, apontado por vários autores, como Gelson Fonseca Jr., são as semelhanças entre a Política Externa Independente dos governos Quadros e Goulart e o Pragmatismo Responsável e Ecumênico dos governos militares a partir de Geisel: ambos adotaram uma postura pragmática de priorizar os interesses nacionais na busca de novos mercados e do desenvolvimento, independentemente de constrangimentos ideológicos.

Em nossos nossos dias, o traço identificador da meta do desenvolvimento é a “autonomia pela integração”, consubstanciada, por exemplo, na criação do Mercado Comum do Sul com Argentina, Paraguai e Uruguai, no pendularismo entre os EUA (ALCA) e a União Européia (acordo Mercosul-UE) para extrair concessões de ambos, e na adesão aos regimes internacionais de controle de tecnologias sensíveis, para podermos adquirir tecnologias necessárias ao desenvolvimento.

b) A defesa da paz é outra constante de nossa política exterior; vem desde a fase de consolidação do espaço nacional, quando todos os diferendos fronteiriços foram solucionados pacificamente. Trata-se de exigência tão fundamental de nossa sociedade que a Constituição de 1988 veio a consagrar a “defesa da paz” e a “solução pacífica de controvérsias” como princípios básicos das relações externas do Brasil. Desde a Guerra do Paraguai não temos conflitos bélicos com nossos vizinhos. Se participamos de duas guerras mundiais, foi porque fomos vítimas de agressões prévias e mesmo assim tentamos tirar o maior proveito disso para o fim do desenvolvimento, no caso da II Guerra. Durante a Guerra Fria, à exceção dos momentos de alinhamento já referidos, o Brasil adotou posição contrária ao armamentismo nuclear e aos perigos que isso acarretava para a humanidade. A existência de um Programa Nuclear Paralelo explica-se apenas no contexto de um regime autoritário militar. A política exterior teve também papel importante na mediação de conflitos regionais, como o conflito Peru-Ecuador nos anos 40 e 90 e a participação no Grupo de Apoio a Contadora, sobre os conflitos centro-americanos dos anos 80. A partir dos anos 90, o Brasil procura cercar-se de “anéis de paz”, para garantir sua defesa,

advogando o estabelecimento de Zonas de Paz e Cooperação, livres de armas nucleares, como já ocorre com a América Latina (Tlatelolco, 1967, em vigor desde 1994), o Atlântico Sul (ZOPACAS, 1986), o Mercosul (1998) e a América do Sul (2000).

3. O Brasil dos tempos terminais da República Velha assistia a transformações relevantes em sua organização social, política e econômica. Relacione as transformações em curso, agrupando-as em torno de dois campos:

- a) aquelas relativas à gradual modificação das formas econômicas e sociais dominantes na República Velha; e
- b) aquelas associadas às modificações no campo político e nos interesses regionais projetados no governo central.

Gustavo Teixeira Chadid (20/20)

a) Grosso modo, as transformações por que passou o Brasil ao final do período conhecido como República Velha (1889-1930) podem ser creditadas à desmontagem gradual do sistema agro-exportador para um novo modelo de organização da economia, da sociedade e da política que se firmaria após a Revolução de 1930 (e nas décadas seguintes). No plano econômico, eram crescentes as dificuldades que assolavam a cafeicultura, principal atividade econômica do País desde o Império. Por se tratar de um produto primário cuja produção era voltada para o mercado externo, sujeitavam-se os cafeicultores às flutuações da demanda e da própria taxa cambial e, portanto, dependiam do auxílio governamental na sustentação dos preços do café, o que era feito por meio de políticas cambiais específicas (desvalorização), da compra de excedentes de produção e de empréstimos externos. A crise gerada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 abalou as condições favoráveis a essa política de sustentação dos preços do café (política essa que Celso Furtado chegou a chamar de “keynesianismo precoce”), levando a agroexportação de café ao declínio. A crise de 1929 restringiu o crédito

externo disponível para os empréstimos necessários à sustentação do café, bem como fez encolher a demanda pelo produto, o qual vinha sendo produzido em grande e crescente escala.

Simultaneamente, a economia pátria testemunhou um avanço lento da atividade industrial, a qual ganha um primeiro impulso em razão da paralisação do comércio internacional nos anos da guerra (1914-1919) e da necessidade de substituição de importações e da presença de imigrantes vindos no final do século XIX, trazendo o conhecimento técnico necessário à atividade industrial da Europa para o Brasil. A industrialização, contudo, ainda demoraria algumas décadas para firmar-se em plenitude.

No plano social, pode-se destacar um avanço da urbanização no final da República Velha, em especial nos entornos da região cafeeira. A liberação de capitais pela atividade cafeeira fomentou o desenvolvimento de portos, ferrovias e alguns serviços específicos como os bancários, os quais, por sua vez, estimularam o desenvolvimento das cidades. Ao final da década de 20, portanto, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro cresciam e davam vazão ao fortalecimento de camadas médias urbanas e de uma nova mentalidade, cuja expressão mais nítida é desvelada em 1922, na “Semana de Arte Moderna”, em São Paulo.

b) Todas essas transformações não poderiam deixar de repercutir no âmbito político. A mencionada crise do setor cafeeiro fez cindir o pacto que vinculava as principais oligarquias da República Velha, abrindo espaço para a ascensão das oligarquias dissidentes. Nesse sentido, a tradicional união entre os oligarcas paulistas e mineiros (“política do café com leite”) vê-se desmoronada diante do episódio da candidatura de Júlio Prestes à Presidência. A formação da Aliança Liberal, comendo as elites mineira e gaúcha em oposição a Prestes (candidato do PRP), é sintomática do fim da velha concentração entre Minas e São Paulo. Era a chance para que os oligarcas do Rio Grande do Sul finalmente chegassem ao poder, tal como vinham almejando há muito tempo, como sobejamente demonstrou a Reação Republicana de 1921 (unindo gaúchos e as oligarquias baiana, pernambucana e fluminense)

É importante ainda acrescentar a crise de representatividade que

também atingiu o regime, minando-o internamente. Conforme mencionado, a urbanização e os primeiros germes da industrialização deram forças às camadas médias urbanas, as quais não se viam representadas no regime oligárquico dos cafeicultores. Além disso, os militares voltam a contestar o regime a partir de 1922 e 1924, com as revoltas tenentistas. Os tenentes, militares de baixa patente herdeiros do velho pensamento positivista comtiano, erguem-se contra aquilo que viam como corrupção e atraso: as trocas de favores entre as elites agrárias e as manipulações eleitorais. Lançam-se como “salvadores” e modernizadores políticos e apóiam as elites dissidentes em 1930, sendo os principais responsáveis pela Revolução que afasta o governo Washington Luís/ Júlio Prestes e instala Getúlio Vargas no poder.

Finalmente, vale notar que a própria oligarquia paulista, dominante no período, estava em processo de divisão. O lançamento do Partido Democrático é, nesse sentido, uma afronta à estabelecida hegemonia do PRP no final dos anos 20.

4. Segundo alguns analistas, o bombardeio a Hiroshima e Nagasáki, em 1945, teria simbolizado o ocaso da velha ordem internacional do século XIX e impedido o surgimento de uma terceira grande potência nas relações internacionais na ordem do pós-guerra. Berlim já sucumbira, e aquela era a vez de Tóquio. A nova ordem internacional teria apenas dois pólos de poder: Washington e Moscou.

Com base nessa visão, se procedente, avalie:

- a) o peso relativo do Japão nas relações internacionais antes e depois da Segunda Guerra Mundial;
- b) as razões do soerguimento japonês, mesmo sob ocupação militar no imediato pós-guerra.

Gustavo Teixeira Chadid (20/20)

A Segunda Guerra Mundial é um marco na história do Japão, não apenas no que diz respeito às relações internacionais daquele país, como no seu próprio desenvolvimento doméstico. De modo genérico, a própria guerra é o ápice e o término de uma fase em que o Japão se afigurava como uma potência imperialista e um império militar. Ao menos do ponto de vista do Japão, portanto, faz sentido pensar em 1945 como ano de queda da velha ordem internacional do século XIX. De fato, o país, ao longo do século XIX, engajou-se, tal como as grandes potências européias da época (Inglaterra, França, Alemanha), no processo de conquista e expansão que ficou conhecido como Imperialismo. Tendo vivenciado com pioneirismo na Ásia um processo de modernização à moda das “revoluções industriais” européias – a revolução Meiji – o Japão, em meados do século XIX, tinha uma economia pujante e em expansão, a qual contrastava com seu entorno estagnado. Nesse sentido, formulou um projeto de expansão visando à conquista de mercados e matérias-primas pela via militar. Prova dessa política são as guerras russo-japonesa e sino-japonesa ganhas pelo Japão e a própria Segunda Guerra. O projeto japonês era conquistar a Manchúria, a península coreana e as ilhas do Sudeste Asiático e Pacífico, projeto que malogrou com os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki.

Perdida a guerra, o Japão deixa de lado o expansionismo pela via militar e engaja-se num novo projeto. O país passa por uma reconstrução e nova modernização e, já nos anos 60, é uma das economias mais promissoras do planeta. Alcança um avançado grau técnico e transforma-se em grande exportadora de bens industrializados. O desenvolvimento tecnológico e econômico é tão intenso que, já na década de 70, muitos analistas acreditavam estar ruindo a hegemonia norte-americana no plano econômico: para estes, economicamente, o mundo caminhava para uma ordem tripolar, cujos pólos seriam os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha (Europa). Vale, nesse ponto, comentar a posição do cientista político norte-americano Richard Rosecrance, para quem o papel do Japão após 1945 é o de ser uma

potência econômica. Rosecrance acredita haver dois sistemas internacionais: o tradicional político-militar e o chamado “sistema oceânico” ou econômico-comercial. Para Rosecrance, o Japão, após a derrota na Segunda Guerra Mundial, foi privado da possibilidade de ser uma potência no sistema internacional político-militar tradicional; o país, então, formulou um projeto de ser potência no sistema “oceânico”, tornando-se um poderoso Estado Mercantil, ocupando um lugar de destaque na economia mundial. O papel de potência mercantil é até hoje desempenhado pelo Japão, em que pesem as recentes dificuldades financeiras do país e algumas pressões no sentido de que o país, com o término da Guerra Fria, ocupe um espaço de destaque também no sistema político-militar.

Quanto às razões do soerguimento japonês, podem ser elencados fatores domésticos e internacionais. No plano doméstico, as condições do país, com altos níveis de poupança interna, permitiram investimentos expressivos nos esforços de reconstrução econômica e desenvolvimento de uma indústria exportadora competitiva. Além disso, havia a clara intenção de transformar o país em potência mercantil, abrindo mão do militarismo. Prova disso é a doutrina Goshida, nome do Primeiro-Ministro japonês que formulou a idéia de que o país usaria os recursos do militarismo para fins de crescimento.

No plano internacional, o Japão foi favorecido pela instalação da Guerra Fria, a qual colocou o país em posição geoestratégica para os Estados Unidos. Este país, imbuído do espírito de contenção ao avanço comunista, o qual era crescente na Ásia (veja o caso da China, Coréia do Norte e Vietnã), investiu na reconstrução japonesa, promoveu financeiramente o crescimento do país e impôs a proibição de que os japoneses pudessem ter Forças Armadas (é o que decorre do art. 9º da constituição japonesa, imposto àquele país).

5. Do término da Conferência de Paz ao advento de Hitler ao poder na Alemanha, as relações intereuropéias passaram, segundo alguns historiadores, por três curtas fases: a) de 1920 a 1924, evidenciou-se que as decisões de Versalhes dificilmente serviriam de base para orientar a conduta dos Estados;

b) de 1925 a 1929, abriram-se o entendimento franco-alemão e as perspectivas de que a Sociedade das Nações pudesse triunfar; e c) de 1929 a 1939, viveu-se o ocaso da aparente harmonia, com a volta dos problemas internacionais da primeira fase, aos quais se acrescentaram os da depressão econômica do capitalismo.

Explique como, em cada uma dessas três curtas fases, se deteriorou o papel antes desempenhado pela Europa nas relações internacionais.

Daniel Costa Figueiredo (20/20)

Os anos posteriores à realização da Conferência de Paz de Versalhes foram, com efeito, os anos em que se deu o definitivo "desprestígio" da Europa nas relações internacionais. Embora a evolução dos embates entre as potências européias explique muito desse declínio, se deve levar na devida conta também a tendência ao surgimento de importantes pólos de poder fora do continente europeu ou, ao menos, de seus padrões tradicionais de "equilíbrio de poder": Estados Unidos, União Soviética e Japão. Além disso, o avanço da contestação à presença colonialista das potências européias na Ásia e na África fornece poderosos elementos para a análise do declínio europeu. As relações internacionais, de intereuropéias, passam a abranger o mundo inteiro.

Na primeira fase apontada, de 1920 a 1924, o desafio às decisões de Versalhes vinha primeiro das frustrações provocadas por elas. A Itália e a Alemanha apresentaram-se como potências insatisfeitas: a primeira, por não obter as vantagens que esperava de sua participação na coalizão vencedora, nomeadamente uma satisfação de suas pretensões coloniais; a segunda, devido aos termos, considerados humilhantes, da derrota e à desilusão quanto a uma paz baseada nos Catorze Pontos do Presidente norte-americano Wilson. As restrições à soberania alemã em relação à política militar, o peso das reparações de guerra a serem pagas aos vitoriosos, a presença francesa no Ruhr e no Sarre, além das perdas territoriais na Europa e no ultramar (fim do império colonial) estimularam forte descontentamento alemão.

Por outro lado, para se tornarem efetivas, as determinações de Versalhes dependiam da atração das potências que as sustentaram: França e Reino Unido. Devido à não-participação norte-americana na Liga das Nações e à política de marginalização da União Soviética ("cordão sanitário"), as duas potências mencionadas viram-se sozinhas para desempenhar a penosa e custosa tarefa de tolher uma recuperação alemã e, assim, reimpôr o "equilíbrio europeu". As dificuldades franco-britânicas eram geradas pela crise econômica advinda das tentativas de voltar ao padrão-ouro e à conversibilidade da libra e do franco, gerando altos índices de desemprego e enfraquecendo a capacidade financeira das praças de Londres e Paris, proeminentes antes da Guerra. Além disso, os impérios coloniais de ambos encontram-se sob forte contestação (criação de "domínios" nas colônias inglesas de maioria branca, atuação do Congresso Nacional Indiano e movimentos similares).

No segundo período, de 1925 a 1929, há um novo alento na política européia. A crise econômica é atenuada, conseguindo-se voltar ao padrão-ouro tanto no Reino Unido como na França, apesar do protecionismo acirrado que ainda domina as relações econômicas internacionais. O crescimento norte-americano, estimulado pelos ganhos de produtividade advindos de aplicação do taylorismo ("administração científica") e da introdução do fordismo (linhas de montagem e aumento dos salários do proletariado), possibilita a recuperação das economias européias, dentre as quais a da Alemanha, devido à ampliação do mercado externo (o norte-americano) e à maior facilidade de obtenção de financiamentos (norte-americanos). Isso torna factível o entendimento franco-alemão e dá esperanças aos que defendiam o restabelecimento do "equilíbrio europeu". Nesse contexto, são assinados os Acordos de Locarno e a Alemanha é admitida na Liga das Nações como membro permanente do Conselho (provocando, por sua vez, a saída brasileira da organização). Enquanto isso, a União Soviética via-se neutralizada em sua ação externa pelo cerco do "cordão sanitário" (conjunto de Estados com regimes direitistas em suas fronteiras, como a Polônia e a Romênia) e pelas injunções da dissolução da NEP de Lênin, substituída pela coletivização forçada da agricultura sob Stalin, associada aos planos

qüinqüenais industrializantes que vicejariam na década de 1930.

No terceiro período indicado, de 1929 a 1939, os efeitos da crise econômica generalizada a partir do "crack" da Bolsa de Nova Iorque em 1929 seriam fatais para a "distensão" nas relações internacionais. O desemprego e a recessão voltam a tomar conta das economias européias, "enterrando" a recuperação alemã e, por conseguinte, a República de Weimar. O padrão-ouro terá de ser abandonado, ao mesmo tempo em que a União Soviética obtém elevadas taxas de crescimento industrial mesmo no período mais duro da crise, aumentando seu peso relativo nas relações internacionais e desestabilizando o "equilíbrio europeu" já perdido.

A crise na Alemanha conduz à ascensão de Hitler, que, com base em programa de recuperação econômica associado à remilitarização do país, adota política externa agressivamente expansionista. Aproveitando-se da política de apaziguamento da França e do Reino Unido (aceitação da militarização da Renânia, da anexação da Áustria e da partilha da Tchecoslováquia na Conferência de Munique), a Alemanha tenta impor-se como potência dominante no continente europeu para disputar a hegemonia mundial com os Estados Unidos e a União Soviética, de acordo com a interpretação de Geoffrey Barraclough.

O fim do "equilíbrio" e da capacidade mediadora da Liga das Nações se mostra evidente com a invasão da Etiópia por Mussolini e da Manchúria pelo Japão, potências que acabam de retirar-se da Liga. Nesse período, fica patente a falta de recursos de poder da França e do Reino Unido para administrar as relações internacionais. A presença de atores novos que recusavam os pressupostos da hegemonia franco-britânica e do "equilíbrio europeu" causou a falência do sistema surgido em Versalhes e consubstanciado na Liga das Nações. As relações internacionais doravante deveriam tornar-se efetivamente internacionais, envolvendo atores como os Estados Unidos, a União Soviética, o Japão e, após a Segunda Guerra Mundial e o processo de descolonização, a China e a Índia. A bipolaridade da Guerra Fria e a posição secundária nela assumida pelas antigas "grandes potências" da Europa são o remate desse processo de longo prazo, catalisado pelas sucessivas crises após a Primeira Guerra Mundial.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

Programa:

- 1 - Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.
 - 1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.
 - 1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.
 - 1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.
 - 1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.
 - 1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.
- 2 - A Formação Territorial do Brasil.
 - 2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).
 - 2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.
 - 2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.
 - 2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.
 - 2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.
 - 2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.
 - 2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.
- 3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.
 - 3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.
 - 3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.

3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.

3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.

3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.

3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.

4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.

4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.

4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.

4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

Bibliografia:

ARAÚJO, Regina Célia. *Manual do Candidato: Geografia*. 2. ed. FUNAG: Brasília, 2000.

BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CASTRO, Iná Elias *et alii*. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

GREGORY, Derek *et alii*. *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Maria Adélia A. *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha *et alii*. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

CAVALCANTI, Clóvis *et alii*. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1992.

LAVINAS, Lena *et alii*. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *et alii*. *Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

SCARLATO, Francisco C. *et alii*. *Globalização e Espaço Latino-Americano*, São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. *et alii*. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1997.

Exemplo de prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

1. É sabido que o Brasil possui o maior rebanho de gado bovino comercializável do mundo. No entanto, a produtividade média ainda é considerada baixa. Que razões históricas e geográficas podem ser invocadas para explicar essa aparente contradição?

Rubem Mendes de Oliveira (20/20)

A baixa produtividade média da pecuária brasileira, relativa a outros países com rebanhos menores, possui razões históricas e geográficas, conjugadas a razões econômicas, que remontam à época colonial e que obedecem a parâmetros determinados pelo modo de inserção do Brasil na economia internacional em cada qual de suas etapas mais características.

Grosso modo, pode-se dizer que, historicamente, a pecuária brasileira teve por objeto exclusivo o atendimento a uma demanda interna relativamente pequena e territorialmente localizada. Assim é que, por exemplo, com a instalação de uma monocultura açucareira de exportação no Nordeste brasileiro, no séc. XVI, reservou-se o uso das terras férteis da planície litorânea ao cultivo da cana-de-açúcar, enquanto que aos rebanhos bovinos foram destinadas, segundo um modelo de criação extensiva e com regime de alimentação do gado por meio da cobertura vegetal nativa, as áreas marginais à lavoura. Eventualmente, foi-se criando no subespaço nordestino, um tipo de economia complementar à monocultura açucareira – e que persiste ainda hoje – no qual os rebanhos espalham-se pelo agreste e semi-árido, mas atendem primordialmente a um consumo que é realizado nas áreas urbanas – especialmente nas capitais e demais aglomerações urbanas

litorâneas que concentram a grande parte do mercado consumidor.

Este modelo, que seria reproduzido no século XVIII com a criação do “curral d’El Rey” (próximo à atual Belo Horizonte) para atender ao consumo oriundo das regiões de mineração recentemente descobertas, possui baixa produtividade e baixa rentabilidade. Isto se deve, por exemplo, à distância a ser percorrida entre o local de criação do gado e o local de seu consumo, o que exige o seu transporte ainda vivo (“gado de pé”) ou sob a forma de carne especialmente preparada para alcançar uma maior durabilidade (“carne de sol”). Ademais, deve-se observar o caráter extremamente restrito da demanda numa sociedade, então, escravocrata, e hoje, com padrões salariais bastante baixos.

É apenas no século XX, portanto, e mais particularmente no período que se segue à II Guerra, que passamos a assistir ao desenvolvimento de novas formas de exploração da indústria pecuária.

Em primeiro lugar, assim, deve-se ressaltar a abertura de um mercado exportador, a exemplo daquele já desenvolvido há mais tempo pela pecuária argentina.

Neste sentido, introduziram-se novas variedades raciais (como, por exemplo, o Zebu e o Nelore), ao mesmo tempo em que se expandiram as áreas de criação (por exemplo, a ilha de Marajó e o Pantanal, ao lado de outras regiões mais tradicionais, como o Pampa gaúcho ou o Sul de Minas Gerais). Além disso, o esforço de agregação de produtos de origem bovina (carne e derivados do leite) à pauta de exportações brasileiras contou, desde meados da década de 1970, com a concessão de incentivos à instalação de grandes empreendimentos agropecuários na Amazônia.

Os resultados destas iniciativas são evidentes. Mesmo o recente contencioso com o Canadá – que resultou na interrupção parcial de exportações de carne bovina para o NAFTA, a UE, e Israel – mostra o grau de inserção atingido pela pecuária brasileira. Mas, se de um lado parecem superadas em boa parte as razões históricas de sua baixa produtividade, persistem, por outro, razões geográficas, as quais se constituem, sobejamente, sob a forma de “rugosidades” no território nacional: assim é que ainda há que se vencer – apesar da contínua

modernização do Brasil agrícola – obstáculos tais como as enormes distâncias entre o local de criação e o de consumo e de exportação; ou as barreiras sanitárias (quer justificadas, ou não) impostas pelos países importadores, que impedem, assim, a geração de uma economia de escala que venha a assegurar um salto de produtividade e rentabilidade para a pecuária brasileira.

2. A indústria brasileira vem passando por um processo de reconversão produtiva, cujas conseqüências espaciais não estão ainda completamente nítidas. No entanto, algumas tendências re-alocativas já puderam ser verificadas. Indique-as, localizando as principais áreas beneficiárias desse processo e aquelas mais prejudicadas.

Paulo Vassily Chuc (20/20)

A nova configuração espacial da indústria nacional deve-se tanto a fatores internos quanto à inserção do país no processo de globalização e informatização da economia-mundo. Esses fatos trouxeram não só o desenvolvimento de novas regiões bem como novos problemas.

No âmbito interno, segundo Berta Becker, observa-se o fenômeno da deseconomia de aglomeração. Os antigos pólos industriais, como o ABCD paulista, não oferecem mais grandes vantagens para a instalação de novas plantas. A fim de afastar-se de movimentos sindicais organizados, leis ambientais, altos impostos e “altos” salários, a indústria começa a migrar, buscando melhores vantagens comparativas. Ademais, a melhoria nas comunicações e nos transportes libera a indústria das fontes de matéria-prima e da proximidade do mercado consumidor. Ressalte-se, também, que a mecanização do campo fomenta a expansão da agroindústria.

No âmbito externo, como ressalta Milton Santos, instala-se um período tecno-científico-informacional, que acarreta mudanças na localização espacial da indústria. Inúmeras indústrias atingem um padrão pós-fordista, baseado no conhecimento, no fluxo de dados e na mão-de-obra especializada. Essas empresas tendem a localizar-se junto às

metrópoles, pois apenas aí encontram a infra-estrutura necessária. As empresas mais tradicionais tendem, então, a migrar.

Desse modo, embora o Sudeste ainda represente a maior parte da produção industrial do país, inicia-se um processo de “desindustrialização” daquela área. A região mais beneficiada, primeiramente, foi a região Sul. No Paraná, o desenvolvimento do pólo de Cascavel e a instalação da Renault levam ao surgimento de importantes indústrias, com o destaque para a mecânica em torno a Curitiba. Em Santa Catarina, o pólo de Chapecó, as carboquímicas e o vale do Itajaí apresentam desenvolvimento. No Rio Grande do Sul, a grande Porto Alegre, sublinhando-se o pólo de Canoas, com a indústria petroquímica, tem grande relevância. Destaca-se, também, a indústria de calçados. A agroindústria aparece, com destaque, no Paraná e no Rio Grande.

Outra região beneficiada foi o Nordeste. Ressalte-se que, nesse caso, além das causas mencionadas, deve-se sublinhar os programas do governo, como a SUDENE e o Polonordeste. Pode-se observar o crescimento do Distrito Industrial de Aratu, e do pólo petroquímico de Camaçari na Bahia. A indústria têxtil cresce no Ceará, onde encontra abundante mão-de-obra barata. Os pólos de Jaboatão, Paulista e Cabo, com bens duráveis próximos a Recife, também progridem. O complexo minero-metalúrgico floresce no oeste do Maranhão, como desdobramento do projeto Carajás. A moderna agricultura de soja no oeste baiano e no sudoeste do Maranhão e do Piauí atraem a agroindústria. Cumpre observar, ainda, a indústria do turismo no litoral.

No Centro-Oeste, destaca-se, principalmente, a agroindústria, que floresce na região do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia e no Mato Grosso do Sul. A Região Norte, entretanto, além do antigo pólo da Zona Franca de Manaus, que responde por quase 80% do PIB do Amazonas, e do complexo minero-metalúrgico no Pará, pouco se desenvolve.

Observa-se, assim, que causas internas e externas geraram a dispersão da indústria, anteriormente concentrada quase toda no Sudeste. A dispersão é, entretanto, seletiva principalmente porque não é dirigida pelo Estado, mas pelos interesses do capital privado. O sertão

nordestino, o Agreste, o norte de Minas, o sertão goiano e mormente a região norte permanecem à margem do processo. Assim, apesar de gerar desenvolvimento de inúmeras regiões, agravam-se distorções intra-regionais e inter-regionais. Desse modo, políticas públicas fazem-se necessárias para mitigar as conseqüências da nova localização da indústria.

3. Em 1941, foi instituída a divisão regional do Brasil, apoiada nos fatores naturais. Essa divisão persistiu até 1969, quando foi substituída pelas macrorregiões. Quais foram os critérios para essa mudança?

Marcus Vinícius da Costa Ramalho (20/20)

A divisão do território de um país em regiões tem um propósito técnico de padronizar análises geográficas e estatísticas diversas, estabelecendo uma base de divisão territorial comum. Além disso, ela fornece subsídios a uma ação planejadora mais racional por parte do Estado, que pode, de uma forma mais clara, identificar carências e potencialidades e alocar prioridades. Deve-se lembrar que o IBGE foi criado em 1934, no governo de Getúlio Vargas. Tanto Vargas quanto os governos militares (1964-85) caracterizaram-se por forte centralização, e a divisão regional serve a uma ação planejadora centralizada.

A divisão da década de 1940 seguia o conceito de regiões naturais. Em sua delimitação são mais importantes as características físicas do território (vegetação, clima, relevo), que são vistas como indicadores do potencial aproveitamento e futuro desenvolvimento da região. Nessa abordagem, o homem é considerado como um agente transformador da natureza, e as condicionalidades naturais indicam os caminhos em que deve se exercer a ação humana.

De 1941 a 1969, no entanto, o Brasil havia mudado sensivelmente. O país havia passado pelo “Plano de Metas” de Juscelino Kubitschek e vivia o início do “milagre econômico”. Deixando de ser um país “essencialmente agrário”, o Brasil experimentava forte industrialização, acelerada urbanização, e já havia implantado uma

malha considerável de infra-estrutura de transportes, energia e comunicações.

Esse processo, no entanto, não ocorreu de maneira uniforme no território. O Centro-Sul apresentava-se dinâmico, urbanizado, industrializado e relativamente integrado. O Nordeste estava deprimido, enviando grandes contingentes migratórios para o Centro-Sul mais desenvolvido. Suas atividades econômicas exibiam baixa produtividade e sofriam a concorrência da produção das regiões mais dinâmicas. A Amazônia, por sua vez, aparecia como um grande vazio, que era necessário ocupar, inclusive por razões geopolíticas.

Surgia, então, a divisão em cinco macrorregiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). A Bahia e o Sergipe passavam a integrar o Nordeste. São Paulo, que era parte da região Sul, juntou-se aos outros estados da antiga região leste para integrar o Sudeste.

As macrorregiões podem ser consideradas como regiões geo-econômicas, pois, além de características naturais, elas incorporam características econômicas - a industrialização, o desenvolvimento agropecuário, a urbanização, a infra-estrutura de transportes. Em 1969, esta divisão acabou refletindo, para a região Nordeste, a área de atuação da SUDENE (que havia sido criada em 1959), que estendia sua ação inclusive até o norte semi-árido de Minas Gerais. Em 1966 havia sido criada a SUDAM, órgão de planejamento voltado para o desenvolvimento da Amazônia. Vê-se, assim, que a ação planejadora do Estado pautava-se por critérios econômicos e de integração, e a divisão regional de 1969 servia a essa finalidade.

Cabe lembrar que ambas as divisões, propostas pelo IBGE, faziam os limites das regiões coincidirem com os limites políticos dos estados da Federação.

4. Em certo sentido, pode-se dizer que o “ambientalismo contemporâneo” representa, ao mesmo tempo, uma ruptura e uma continuidade frente ao velho “determinismo geográfico”. Explique por quê.

Braz da Costa Baracuhy Neto (20/20)

O determinismo geográfico associa-se à obra do geógrafo prussiano Ratzel e, mais tarde, à de seus seguidores, como Huntington. Para Ratzel, a geografia seria uma "ciência". Do ponto de vista epistemológico, o determinismo geográfico liga-se ao positivismo, em busca de leis causais determinísticas, capazes de, em um corpo de conhecimento articulado, explicar e prever comportamentos. Do ponto de vista ontológico, liga-se ao "darwinismo" (sobrevivência das espécies) e às visões biológicas, organicistas do mundo. O espaço geográfico seria uma entidade viva, que nasce, cresce e morre em função da determinação "meio→homem" e das implicações geopolíticas dessa relação causal. Surgem noções como "espaço vital", cuja realidade justificaria a sobrevivência do mais capaz, como no neocolonialismo europeu do século XIX. Só mais tarde o "possibilismo" refutaria a determinação meio→homem.

No entanto, não se pode negar a perspectiva "ecológica" na formulação de Ratzel: o homem é produto do seu meio geográfico. Influenciado por essa perspectiva, Euclides da Cunha, em seu *Os Sertões*, faria a clássica divisão: "o meio" e o "homem".

O "ambientalismo contemporâneo" apresenta um elemento de continuidade do determinismo geográfico: a perspectiva "ecológica", o peso do "meio" sobre o homem; mas traz uma clara ruptura: a quebra dos nexos causais determinísticos para explicar comportamentos, com o viés geopolítico do "espaço vital". O homem não é paciente; é capaz de interagir com seu meio em simbiose ativa, de transformá-lo ainda que sob o signo do desenvolvimento sustentável. Se, em um primeiro momento, prevaleceu a idéia do desenvolvimento a qualquer custo (Conferência de Meio Ambiente, 1972), no presente, graças aos esforços ambientalistas de organizações não-governamentais e internacionais, de governos e da sociedade civil, criou-se a noção de que o desenvolvimento deve ser acompanhado da sustentabilidade do meio.

O homem é o "homem" e suas "circunstâncias", como afirmou o filósofo Ortega y Gasset. Nesse sentido, o "espaço vital" do

determinismo geográfico, com seu viés geopolítico, ganha, no ambientalismo contemporâneo, caráter ecumênico, como "espaço da vida humana".

5. A União Européia deve sua existência fundamentalmente à superação das rivalidades franco-alemãs. A discussão sobre o futuro da UE viu reabrirem-se as divergências entre seus principais protagonistas. Quais as razões que levam a França a preferir uma "Europa das Nações" e a Alemanha a defender um "federalismo europeu"?

Rodrigo Andrade Cardoso (20/20)

A União Européia, nos seus primórdios, era, antes de tudo, um projeto político. Não foi por outro motivo que sua origem se verifica na Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), cujos objetos, carvão e aço, estão na raiz da discórdia entre franceses e alemães, fato particularmente claro no período entre-guerras.

Desde sua constituição, a despeito da presença de potências econômicas como a Itália e, mais tarde, o Reino Unido e de inclusões sucessivas de novos membros, a Comunidade Européia tem revolvido ao longo do eixo franco-alemão. Se a Alemanha tem, por um lado, a maior população e a maior economia da região, a França tem, por sua vez, a tradição de uma diplomacia autônoma (em relação aos Estados Unidos) e o que ficou conhecido como "ability to punch above her weight".

A ampliação da Comunidade Econômica Européia e seu aprofundamento (da união aduaneira estabelecida em Roma em 1957 para a união econômica advinda da vigência do Tratado de Maastricht a partir de 1992) são tributados por muitos à convergência de interesses franceses e alemães e ao compromisso de líderes como François Mitterrand e Helmut Kohl nos anos oitenta.

As divergências entre França e Alemanha, que afloraram nas últimas conferências da UE, sobretudo no campo da representatividade

nas instâncias decisórias da entidade, não significam uma ruptura do entendimento verificado até o presente. Elas representam diferenças nos projetos geopolíticos de ambas as nações, relacionadas sobretudo ao estágio em que se verifica o processo de integração europeia.

Com a constituição da união econômica e monetária, em que as barreiras à livre circulação dos fatores de produção foram virtualmente eliminadas, o momento atual implica a opção entre duas alternativas: a permanência no atual estágio ou o aprofundamento da união com a ênfase em seu caráter político.

Poder-se-ia buscar as razões que levam a França a preferir uma "Europa das Nações" e a Alemanha, uma "Europa Federativa" na história de ambos os países. Com efeito, a Alemanha se constituiu como nação apenas com a unificação, em 1870, formando uma federação de vários países que compartilhavam uma herança cultural comum. A França, àquela época, já estava consolidada como nação havia alguns séculos, com um regime político centralizador.

Entretanto, a divergência entre os projetos para a Europa de franceses e alemães guarda relações com um velho temor francês que a integração europeia buscou enterrar e que ressurge com a proposta de ampliação da UE: a preponderância da Alemanha como potência continental europeia.

Recentemente, Joschka Fischer, Ministro das Relações Exteriores da Alemanha, deu a conhecer o que ele chamou de sua visão para a Europa: uma comunidade de nações com um presidente único e uma Constituição política. Isso equivaleria a uma federação de Estados mais ligados politicamente, com a conseqüente limitação das soberanias nacionais. Em uma Europa ampliada com o ingresso, nos próximos anos, de países do Leste europeu, as posições geoestratégica e econômica da Alemanha ficarão substancialmente favorecidas.

Já o projeto de uma Europa em que as nações tenham preservada sua soberania para a tomada de decisões políticas e econômicas representa a manutenção ou uma menor redução do papel da França numa UE ampliada. Assim, à França interessa que não se aprofunde substancialmente a integração política, como defendida pela Alemanha em seu projeto de um "federalismo europeu".

NOÇÕES DE DIREITO

A prova de Noções de Direito consistirá de cinco questões dissertativas. A banca examinadora levará em conta sobretudo o poder de argumentação do candidato. Tendo em vista a limitação de linhas para cada resposta, o examinado deverá responder de forma objetiva. A citação de tal ou qual autor deve, pois, ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele/ela deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores buscaram apontar livros atualizados e de fácil acesso. Evitou-se a indicação de autores estrangeiros não traduzidos para o Português. Trata-se de prova de noções de Direito. Assim, a banca ateve-se ao indispensável. O candidato, por óbvio, poderá lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem determinado ponto do programa.

Programa:

1. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia.
2. Constituição. Conceito. Classificações. Primado da Constituição. O controle da constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
3. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico.
4. Personalidade jurídica no Direito brasileiro.
5. Estado. Características. Elementos. Soberania. Formas de Estado. Confederação. República e Monarquia. Sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. O Estado Democrático de Direito.
6. Condição jurídica dos Estados. Direitos e deveres dos Estados.
7. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Deportação. Expulsão. Extradicação.
8. A organização dos Poderes no Direito brasileiro.
9. Processo legislativo brasileiro.
10. Princípios fundamentais da Constituição de 1988.
11. Direitos e garantias fundamentais na Constituição de 1988.

12. Noções de organização do Estado na Constituição de 1988: competências da União, dos Estados-membros e dos Municípios. Características do Distrito Federal.
13. A atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da Administração Pública e dos servidores públicos. O controle da legalidade dos atos da Administração.
14. Responsabilidade civil do Estado no Direito brasileiro.
15. Direito Internacional dos direitos humanos. Proteção (âmbito internacional e regional).
16. Caráter jurídico do Direito Internacional Público. Fundamento de validade da norma jurídica internacional. Direito Internacional Público e Direito interno.
17. Fontes do Direito Internacional Público. Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Atos unilaterais do Estado. Decisões das organizações internacionais. Normas imperativas (*jus cogens*).
18. Sujeitos do Direito Internacional. Estados (Conceito. Constituição. Reconhecimento do Estado e do Governo. Sucessão. Responsabilidade internacional. Jurisdição e imunidade à jurisdição internacional. Diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades). Organizações internacionais (Definição. Elementos constitutivos. Classificação. Personalidade jurídica. ONU). Santa Sé.
19. Solução pacífica de controvérsias internacionais. Meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais.

Bibliografia:

(i) documentos:

Constituição da República Federativa do Brasil (1988)
 Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945)
 Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)
 Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961)
 Convenção de Viena sobre Relações Consulares (1963)
 Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (1969)

(ii) livros:

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. *Manual de Direito Internacional Público*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
 AMARAL Jr., Alberto. *Manual do Candidato - Noções de Direito*, Brasília: FUNAG, 1995.
 BERTRAND, Maurice. *A ONU*. Petrópolis: Vozes, 1995.
 BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 10. ed. Brasília: EdUnB, 1999.
 BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*, 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
 _____. *Curso de Direito Constitucional*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
 BROWNLIE, Ian. *Princípios de Direito Internacional Público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
 CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Porto Alegre: Fabris Editora, 1997 1. v.; 1999 2. v.
 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
 MELLO, Celso Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*, 13. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
 _____. *Direito Constitucional Internacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
 MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
 _____. *Direitos Humanos Fundamentais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
 QUOC DINH, Nguyen; DAILLER Patrick; PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.
 RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e Relações Internacionais*. 6. ed. São Paulo: RT, 2000.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*, 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*, 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

SILVA, José Affonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

Exemplo de prova

A resposta a cada questão não deverá exceder a 40 (quarenta) linhas.
Valor de cada questão: 20 pontos.

1. A Senhora W, nacional de Pasárgada, onde tem domicílio, decide ir a Futurolândia, conhecer determinado museu. Para tanto, solicita concessão de visto ao Consulado-Geral de Futurolândia — condição necessária para que nacional de Pasárgada entre no território do país irmão. Após os trâmites consulares de estilo, ela recebe visto de turista com validade de sessenta dias. Com alguma dificuldade econômica, adquire as passagens e providencia reserva em hotel. Ao chegar a Futurolândia, agentes da imigração desconfiam da Senhora W. Trata-se de uma afro-pasargadense de alguma idade, que nunca tinha estado em território futurolandense. Determinam, assim, interrogatório. A Senhora W tem péssimo domínio do idioma local. A entrevista é desastrosa. Ela, de resto, não traz consigo dinheiro suficiente — pela ótica das autoridades locais — para permanecer duas semanas em Futurolândia. O desfecho do incidente é a denegação de entrada. A Senhora W é detida e acorrentada a um banco, no próprio aeroporto, aguardando a partida do primeiro voo para Pasárgada.

Transtornada com o ocorrido e com a perda do investimento feito (passagem, hotel etc.), ela procura orientação sobre eventuais medidas jurídicas a serem tomadas. Aconselhe-a sobre o que fazer.

Daniel Augusto Rodrigues Ponte (20/20)

Ao analisar o caso em questão, de início, é preciso compreender a natureza discricionária e precária da concessão de visto de entrada. A concessão é ato administrativo sujeito à análise de sua conveniência e oportunidade por parte do agente de Estado competente. O seu caráter precário, além disso, implica mera expectativa de direito que pode consumir-se ou não. O visto, dessa forma, pode ser cancelado a qualquer momento a juízo discricionário da autoridade competente.

Uma vez cancelado o visto, a presença do estrangeiro em território nacional se torna irregular e enseja deportação. A deportação é também ato administrativo que pode ser realizado pela autoridade competente, como por exemplo, os agentes de aduana ou a polícia de fronteira. É ato que possui auto-executoriedade, não necessitando de ordem judicial para sua concretização.

Feita esta análise, resta evidente que o fato da Senhora W ter obtido visto no Consulado-Geral de Futurolândia não gera direito adquirido em seu favor. O seu visto pode ser cancelado e ela deportada, a juízo das autoridades de imigração de Futurolândia. Tais atos administrativos são resguardados pela lei e não ensejam responsabilidade civil do Estado quanto aos prejuízos deles decorrentes, tais como a perda do investimento feito em passagem e hospedagem.

O fato de que a Senhora W foi acorrentada a um banco, no próprio aeroporto, no entanto, parece configurar abuso de poder por parte das autoridades de imigração. Isso, por sua vez, pode ensejar ação civil para reparação dos danos morais e de eventuais danos físicos contra o Estado de Futurolândia, e ação penal no caso de lesão corporal contra os agentes de imigração. Essas ações devem ser interpostas junto à Justiça de Futurolândia. No caso de lhe ser denegado o direito de petição ou no de, esgotadas as instâncias judiciais locais, não lograr êxito, a Senhora W pode ainda recorrer à “proteção diplomática” junto ao Governo de Pasárgada. Entretanto, essa constitui verdadeira opção final, após o fracasso dos meios acima aduzidos e apenas no tocante aos danos morais e físicos, oriundos do abuso de poder, configurado pelo acorrentamento.

2. Comente as seguintes observações: “Não se entende a razão de ser de tantos privilégios e imunidades de que gozam os agentes diplomáticos e consulares, nem das isenções fiscais de que se beneficiam as instalações diplomáticas. Pior, parece ser nitidamente abusivo estender tais privilégios a familiares e a pessoal de serviço. Mesmo o controverso argumento de que estes indivíduos seriam identificados com o próprio estado estrangeiro que os enviou parece não ter razão de ser quanto a seus familiares ou empregados”.

Rubem Mendes de Oliveira (20/20)

As garantias de imunidade e privilégios de que desfrutam os agentes diplomáticos e consulares remontam ao século XVI, justamente o período em que, na Europa, se assiste ao desenvolvimento dos Estados nacionais e à intensificação das relações internacionais por meio da qual estes tencionam alcançar seu objetivos de segurança e estabilidade.

Em épocas mais recentes, deve-se mencionar a codificação destas garantias e privilégios por meio da Convenção de Viena de 1961, com respeito às normas de exercício da função diplomática, e da Convenção de Viena de 1963, sobre o exercício da função consular.

Deve-se ressaltar que, muito embora ambas as funções - diplomática e consular - estejam consolidadas em nosso país, trata-se de duas áreas distintas, e que por isso ensejam tratamento diferenciado. O diplomata de carreira brasileiro poderá assumir ora funções consulares, ora funções estritamente diplomáticas; em cada ocasião, gozará de imunidades e privilégios distintos.

A título de exemplo, cabe notar que apenas o diplomata goza de imunidades extensivas a sua família, não sendo este o caso com relação à autoridade consular. Ademais, a imunidade diplomática também se estende aos integrantes da Missão, além de garantir a inviolabilidade de suas residências, de seu local de trabalho, e dos documentos específicos ao exercício de sua função.

O argumento exposto, segundo o qual “não se entende a razão de ser de tantos privilégios e imunidades de que gozam os agentes diplomáticos e consulares”, parece facilmente respondível, mesmo que

não se recorra à hipótese de que “estes indivíduos seriam identificados com o próprio estado estrangeiro que os enviou”.

Cabe ressaltar, assim, o fato de que as imunidades são relativas ao exercício da função. O agente diplomático desempenha atividades outras e mais complexas, em geral, do que aquelas desempenhadas pelo agente consular. Ambos, todavia, são funcionários a serviço de um Estado estrangeiro, pagos com recursos exclusivos deste, o que justificaria – sob pena de bitributação – a insenção tributária de que desfrutam, por exemplo.

Ademais, esquece o argumento exposto que as relações internacionais se dão em respeito estrito a normas de reciprocidade. As garantias e privilégios de que desfruta o agente diplomático e consular no país em que se encontra acreditado são forçosamente as normas, garantias e imunidades que são gozadas pelos agentes diplomáticos e consulares deste país naquele outro.

Finalmente, cabe ressaltar que os acordos celebrados nas duas Convenções de Viena acima mencionadas não consignam imunidades absolutas. Não se caracteriza, no mais das vezes, a imunidade em ações não relacionadas à função do diplomata ou do cônsul, ou quando depõem contra o decoro esperado de um representante de seu país no exterior.

Assim é que o tribunal de um país “A” provavelmente não acatará ação de injúria proposta por um vice-cônsul de país “B” contra seu conterrâneo e superior que eventualmente teria depreciado o seu trabalho profissional; trata-se, aí, de questão a ser examinada pela justiça interna do país “B”.

Por outro lado, é admissível a abertura de ação judicial no exemplo de um cônsul de país “C” que venha a agredir fisicamente um vizinho de condomínio. No mais das vezes, a “pena” se resume a uma solicitação para que o acusado deixe o país, em prazo adequado para providenciar sua remoção. Mas não se pode deixar de notar que algum país “X” possa dispensar a imunidade de um agente diplomático seu para fins de responder à acusação de atropelar e matar um cidadão do país que o recebeu, ao dirigir embriagado.

3. Tendo em conta a natureza jurídica do direito das gentes na hora atual, comente a seguinte assertiva: “Assim como Sísifo foi condenado a repetir eternamente o mesmo trabalho, o direito internacional parece condenado a ter constantemente de justificar sua fundamentação e validade jurídica”.

Christiano Sávio Barros Figueirôa (20/20)

Mais do que qualquer outro ramo do Direito, o Direito Internacional Público (DIP) tem enfrentado o persistente desafio de ter que a toda hora reafirmar sua fundamentação e validade jurídica. Os capítulos iniciais dos Manuais de DIP costumam sempre dedicar-se a provar que a disciplina de que tratam é efetivamente um direito. Não sem certo sarcasmo, muitos cétricos chamam o DIP de “a poesia do Direito”.

O caráter jurídico do Direito Internacional é questionado de várias formas. As teorias anarquistas afirmam que não existe o DIP porque não há nem juiz, nem “gendarme”, nem legislador internacional que se imponham sobre as condutas dos Estados. O meio internacional seria um Estado de natureza hobbesiano, onde predominam as relações de força. Erram por ignorarem os vários casos em que o DIP é espontaneamente cumprido e por quererem aplicar à sociedade internacional o modelo do Direito Estatal.

As teorias voluntaristas negam o DIP por vias oblíquas, pois, fundando-o nas vontades dos Estados, acabam reduzindo-o a um Direito Estatal externo. Além disso, não conseguem explicar o fundamento da obrigatoriedade do costume, que vale independente da vontade dos Estados. São teses de caráter voluntarista a teoria da vontade comum (vereinbarung) de Karl Heinrich Triepel, a teoria da auto-limitação de competências de Georg Jellinek e a teoria da delegação externa de Max Wenzel. Apesar de importantes diferenças, as três teorias apresentam os problemas comuns citados.

Afirmam a existência e jurisdição do DIP o normativismo e o jusnaturalismo. Para os jusnaturalistas, o DIP extrai sua existência e obrigatoriedade das normas atemporais e a-especiais do Direito Natural,

ditadas pela vontade divina (teologistas) ou pela reta razão (racionalistas). Para o normativismo jurídico de Hans Kelsen, o fundamento da validade do DIP é uma norma de Direito Pressuposto, de cunho gnoseológico, a chamada “Grundnorm” (norma fundamental), que constitui a “consuetudo est servanda” (o costume deve ser obedecido). Essa norma fundamenta a validade de todas as normas de DIP positivo e geral, de caráter costumeiro, inclusive a própria “pacta sunt servanda” que Kelsen originalmente julgou ser a norma fundamental do DIP.

A jurisdição e a obrigatoriedade do Direito Internacional Público tornam-se evidentes, ensina Albino de Azevedo Soares, quando atentamos para a finalidade básica do Direito como um todo, que é a de regular condutas em sociedades. Diante da existência de uma sociedade internacional, decorre como conclusão lógica e necessária que existe um direito internacional para regulá-la (“ubi societas, ibi jus”), ainda que de natureza distinta das dos direitos estatais.

À medida que a sociedade internacional se torna cada vez mais densa e complexa nos dias atuais, mais o DIP se reforça como consequência do aforismo acima citado. Parafraseando o ex-ministro Luiz Felipe Lampreia, podemos dizer que, hoje em dia, também o DIP pode ser encontrado nas prateleiras dos supermercados, dado o grau de aprofundamento e extensão das relações internacionais com a globalização econômica e financeira, a demandar o desenvolvimento “pari passu” das normas jurídico-internacionais para regular essa nova realidade.

Esse desenvolvimento da sociedade internacional e do DIP evidencia ainda mais a grande maioria dos casos em que as normas jurídico-internacionais são cumpridas espontaneamente, demonstrando sua eficácia, por mais que os casos de violações sejam os que recebam atenção mediática. Essa evolução não poderia ter ocorrido se não houvesse por parte dos Estados a consciência da existência e obrigatoriedade do DIP, que hoje chega a abranger áreas durante muito tempo consideradas do mais reservado domínio estatal, como no caso do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Diante do exposto, podemos concluir que o estado atual de desenvolvimento da sociedade internacional é tal, que se torna cada vez mais difícil de se contestar a juridicidade do Direito que a regula, de maneira que a “tarefa de Sísifo” do Direito Internacional Público parece aproximar-se do fim.

4. Um indivíduo foi expulso de determinada cooperativa, entidade privada, sem que lhe fosse dada oportunidade de defesa, já que os estatutos sociais não previam tal direito. Ele contesta em juízo essa decisão. Aponta, para tanto, o art. 5º, LV, da Constituição de 1988, que assegura “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral (...) o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”. A cooperativa contra-argumenta, dizendo que os direitos fundamentais só podem ser invocados contra o Estado e não em desfavor de outros particulares. Analise a controvérsia.

Gustavo Teixeira Chadid (18/20)

No caso apresentado, dois são os pontos controvertidos: primeiramente, predominará a liberdade de organização e a livre-iniciativa sobre o direito de ampla defesa expresso no art. 5º, LV, da Constituição de 1988? Em segundo lugar, pode um direito fundamental ser invocado em desfavor de outros particulares?

A primeira questão remete ao fato de que o mesmo art. 5º da Constituição protege a livre-iniciativa e deixa os particulares organizarem-se livremente. Nesse sentido, a cooperativa é regida pelos estatutos sociais livremente pactuados pelos membros desde que suas normas não confrontem dispositivos cogentes da legislação e a Constituição da República. A disciplina da retirada de um membro da cooperativa, portanto, segue esta lógica. Já a garantia da ampla defesa protege todos os “acusados em geral”, como deflui da letra da lei e protegeria o indivíduo expulso, incorporando-se a seu patrimônio jurídico como direito fundamental. Assim sendo, o art. 5º, LV, da Constituição

estaria sendo desrespeitado pelo estatuto e deveria impor-se, por ser norma cogente.

Essa imposição da ampla defesa, contudo, depende da possibilidade de o direito fundamental ser invocável contra particulares e não apenas contra o Estado. É evidente que é o Estado a principal fonte de preocupação do legislador no tocante à proteção dos direitos fundamentais, mas seria irrazoável garantir tais direitos apenas contra o ente mais forte (o Estado), permitindo que o mais fraco (particulares) pudesse violá-los. Com efeito, se os direitos fundamentais são invocáveis quanto àquele que pode mais, não poderiam deixar de sê-lo contra os que podem menos. Por esse motivo, não assiste razão ao argumento da cooperativa de que os direitos fundamentais não são invocáveis em desfavor de particulares.

Sendo invocável o art. 5º, LV da Constituição de 1988, deve ele socorrer ao membro expulso, em que pese o direito dos membros cooperativados de organizarem-se segundo as normas próprias do estatuto (livre-iniciativa).

5. Imagine que seja editada lei proibindo a concessão de passaporte a brasileiros em determinadas condições. Considere, ainda, que o Supremo Tribunal Federal tenha julgado improcedente ação declaratória de constitucionalidade, tendo por objeto essa mesma lei. Suponha, por fim, que o Senado Federal não se tenha manifestado sobre a decisão. Cidadão nacional apresenta a funcionário brasileiro no exterior, competente para isso, pedido de concessão de passaporte que se enquadra na proibição contida na lei. Explique, de modo fundamentado, como o funcionário deve proceder.

Paulo Camargo Carneiro (20/20)

A ação declaratória de constitucionalidade nada mais é que uma ação direta de inconstitucionalidade com “o sinal invertido”, diferindo desta última apenas quanto aos efeitos da sentença e aos legitimados para agir.

Se, no caso em questão, o Supremo Tribunal Federal julga improcedente a ação declaratória de constitucionalidade, seu julgamento

equivale à pronúncia de inconstitucionalidade da lei impugnada. Ademais, a Constituição Federal prevê que os efeitos da sentença têm caráter vinculante, no julgamento da ação declaratória, para os demais órgãos judiciários, bem como para a Administração Pública, e se aplicam *erga omnes*, pois não há partes em sentido estrito no processamento da ação. Trata-se, de conformidade com julgados existentes, de processo *objetivo*, que não tem por escopo declarar a existência de um direito, mas tão-somente preservar a integridade do ordenamento jurídico e a supremacia da Constituição.

Em virtude desse caráter objetivo, a ação declaratória de constitucionalidade insere-se entre os meios de fiscalização *abstrata* da constitucionalidade, tal como ocorre também com a ação direta de inconstitucionalidade. Em ambos os casos, de acordo com a doutrina e a jurisprudência dominantes, dispensa-se a manifestação do Senado Federal, que apenas se aplica aos casos de fiscalização *concreta*, quando o Supremo Tribunal Federal aprecia a questão constitucional em grau de recurso.

Desse modo, voltando à hipótese sob discussão, se cidadão brasileiro requer um passaporte no exterior, junto a uma repartição diplomática ou consular, e seu pedido se enquadra em proibição prevista na lei impugnada, não se lhe pode negar o passaporte em vista apenas dessa razão. O funcionário brasileiro no exterior não pode escudar-se em norma inconstitucional para negar a concessão do passaporte e, além disso, está vinculado aos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal, que a ele se aplicam, sob pena de cometer ilegalidade ou abuso de poder. Por conseguinte, o funcionário deve proceder à concessão do passaporte ao cidadão nacional que o requereu.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

Programa:

I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.
3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia e é coberta em manuais como o Manual de Economia, organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil”).

ABREU, M. P. *A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.

MANKIWI, N. G. *Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macro Economia*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia*. São Paulo: Saraiva, 1992.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAMUELSON, P. A. ; NORDHAUS, W. D. *Economia* 14. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1992.

TAVARES, Maria da Conceição. “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil” in: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato: Noções de Economia*. Brasília: FUNAG, 1996.

Exemplo de prova

I. A economia japonesa apresenta taxas de poupança extremamente elevadas. Utilizando a identidade básica macroeconômica, explique de que forma essas taxas elevadas de poupança relacionam-se com as exportações líquidas do Japão.

Daniel Costa Figueiredo (20/20)

O processo de desenvolvimento acelerado do Japão após a Segunda Guerra Mundial teve como um de seus pilares um forte estímulo às exportações do país, o que foi feito mediante o emprego de amplos incentivos governamentais e subsídios, além de contar com a tolerância, por parte de países mais avançados como os Estados Unidos, quanto à violação de normas de comércio internacional e de propriedade intelectual (“práticas desleais de comércio”). Afinal, era tempo de Guerra Fria e as questões estratégicas sobrepunham-se às questões de caráter mais estritamente econômico.

Com o aumento das exportações em escala muito maior que o das importações, o Japão passou a acumular saldos positivos consecutivos na balança comercial, resultando em maiores exportações líquidas (EL) e, portanto, maiores investimentos externos líquidos (IEL) (lembrar que $EL = IEL$). Isto se dá porque as exportações (X) implicam a posse de ativos estrangeiros (por exemplo, divisas), enquanto que as importações (M) implicam a posse por estrangeiros de ativos japoneses.

De acordo com a identidade básica macroeconômica, tendo em vista que a poupança total da economia é igual aos investimentos totais, podemos igualar a equação: $Y = C + G + I + EL$ (em que Y é o dispêndio total da economia; G, os gastos governamentais; I, os investimentos) à equação $Y = C + Sd + T$ (em que Y é a renda total; Sd, a poupança privada doméstica; T, os tributos cobrados). Ao final, podemos chegar à seguinte equação: $St = It = Sd + (T - G) - IEL$. (Nota: C é o consumo das empresas e famílias).

Isto significa que a poupança total e os investimentos totais

decrecem quando os IEL são muito elevados, como no Japão, pois a compra de ativos externos é maior que a de ativos internos, o que causa “despoupança”. Assim, para compensar essas perdas e permitir que o país continue a crescer, é fundamental que a poupança doméstica privada aumente, de forma que a poupança total e os investimentos totais se mantenham, o que ocorreu no Japão.

2. “O controle de capitais, praticado pelos países que desejam desatrelar a taxa de juros doméstica da taxa de juros mundial, pode ter efeito negativo sobre o nível de sua atividade econômica se, antes da implementação de tal controle, esses países apresentarem um saldo negativo em sua conta corrente.”
Comente.

Marcus Vinícius da Costa Ramalho (20/20)

Primeiramente, deve-se explicar a relação entre a taxa de juros e os fluxos de capitais entre países. Via de regra, se a taxa de juros praticada em um país aumenta relativamente à taxa mundial, deve haver um fluxo de capitais para este país. Se a taxa de juros diminui, devem sair capitais (divisas) do país. Tal regra é válida quando se considera que a movimentação de capitais entre países ocorre sem restrições. Se um país, entretanto, decide implantar controles de capitais, sua entrada e saída serão significativamente menos sensíveis a variações na taxa de juros.

Se ao implementar tais controles o país em questão possuir déficit em sua conta corrente, ele deve financiar esse déficit de outra forma, sem recurso ao capital externo (de forma a igualar créditos e débitos em sua balança de pagamentos). Deverá recorrer a suas reservas em moeda estrangeira (divisas), consumindo-as para financiar seu saldo negativo em conta corrente.

Ao vender divisas no mercado cambial, o governo do país retira moeda nacional de circulação, diminuindo a oferta de moeda e aumentando, em consequência, a taxa de juros. Devido ao controle de

capitais, esse aumento não causará o efeito esperado da entrada de divisas, que, ao serem trocadas por moeda nacional no mercado de câmbio, poderiam neutralizar o aumento da taxa de juros.

Esta pode ter impacto negativo na economia, fazendo retrair o consumo e, principalmente, diminuindo o nível dos investimentos em capital, que constituem a principal variável a influenciar o crescimento a longo prazo da economia.

Uma alternativa seria recorrer à desvalorização do câmbio, de maneira a tornar as exportações mais competitivas e desincentivar as importações, tornando-as mais caras, aliviando-se o déficit em conta corrente. Esta alternativa, no entanto, não é livre de inconvenientes, pois o aumento nos preços dos importados pode pressionar a inflação, o que anularia os ganhos obtidos com a desvalorização, ao encarecer novamente as exportações. Ademais, uma desvalorização sempre representa aumento na dívida externa, cujo serviço contribui negativamente na balança de transações correntes.

3. “Um aumento nos níveis de produtividade na indústria brasileira conduzirá a uma apreciação do real”. Avalie essa proposição, utilizando as curvas de oferta e demanda de divisas.

Antônio Carlos Antunes Santos (20/20)

O aumento da produtividade da indústria pressupõe a utilização mais eficiente dos fatores de produção, sendo necessário, para tanto, investir em tecnologia e qualificação da mão-de-obra.

A maior produtividade implicará maior competitividade dos produtores industriais brasileiros frente aos produtos de outros países, tanto no mercado doméstico, quanto no mercado internacional.

Sendo mais competitivos, os produtos brasileiros tenderão a ampliar sua participação no mercado nacional, diminuindo o volume de importações. Por outro lado, tenderão também a conquistar e ampliar mercados internos, incrementando o volume de exportações.

A diminuição das importações implica retração da demanda por divisas internacionais. Por seu turno, a expansão das exportações causará a ampliação da oferta de divisas.

A taxa cambial é definida pela oferta e demanda de divisas internacionais. Havendo maior oferta e menor demanda por divisas, o Real experimentará valorização. Assim, está correta a proposição do enunciado ao afirmar que o aumento da produtividade industrial brasileira conduzirá à apreciação da moeda nacional.

4. À luz dos conceitos básicos da teoria da produção e dos custos, explique de que forma a crise energética atual pode reduzir a oferta dos bens e serviços disponíveis para a população. Em sua resposta, analise a situação no mercado de eletricidade e nos mercados dos demais bens e serviços, no curto e no longo prazos.

Rubem Mendes de Oliveira (20/20)

A energia elétrica, que é produzida em nosso país essencialmente por meio de usinas hidroelétricas, constitui importante fator de produção em diversos tipos de indústria e, por este motivo, é parte integrante dos custos variáveis de uma empresa. Não é desprezível, também, a participação do custo da energia elétrica na oferta de serviços e mesmo na composição dos gastos familiares.

A redução do nível de água nos reservatórios implica a diminuição da oferta de energia elétrica. Trata-se, assim, de um deslocamento para a esquerda da curva de oferta, representando a sua escassez relativa, tendo por conseqüência uma redução correspondente na oferta de todos os bens e serviços que utilizam o fator energia elétrica na sua produção.

A retração da oferta de eletricidade importa, no curto prazo, em forte pressão inflacionária, pois o seu preço tenderá a subir, na medida em que a demanda não será totalmente atendida. A convocação à economia de consumo visa, portanto, a reduzir a demanda, e poderá ser complementada pelo recurso ao racionamento de eletricidade. A longo

prazo, contudo, a oferta tende a retornar aos níveis anteriores (e, mesmo, a aumentar), seja através do aumento do nível de água nos reservatórios, seja por incremento em fontes alternativas de geração de eletricidade, como as termelétricas.

No mercado de bens e serviços da economia, em geral, a situação é similar. A tendência a curto prazo é a da diminuição da oferta destes bens e serviços – em parte pelo estrangimento à própria produção; em parte pelo impacto do custo da energia sobre o custo marginal –, e conseqüente pressão inflacionária. A longo prazo, porém, o retorno aos níveis anteriores de oferta de eletricidade restabelecerá o equilíbrio com a sua demanda, sendo possível vislumbrar, ainda, uma maior atenção dos diferentes consumidores com o desperdício de energia, reduzindo sua demanda e, conseqüentemente, custos.

5. O elevado déficit do Tesouro na década de 50 e no início dos anos 60 é apontado, em vários estudos, como a principal fonte da inflação que caracterizou a economia brasileira no final dos anos 80 e no início da década de 90. Explique os fatores que atuaram como determinantes desse déficit.

Antônio Carlos Antunes Santos (20/20)

Na década de 50 e início da década de 60, a questão política e econômica central era o desenvolvimento. Havia consenso quanto ao fato de que a via para o desenvolvimento era a industrialização. Contudo, era intenso o debate acerca do papel a ser desempenhado pelo estado, pelo capital internacional e pelo capital privado nacional no processo de industrialização por substituição de importações.

A baixa renda nacional não permitia a formação de poupança agregada suficiente para financiar os investimentos necessários à industrialização. O Nacional Desenvolvimentismo opta, então, pela utilização de capitais externos na produção de bens de consumo duráveis (notadamente a indústria automobilística), cabendo ao Estado investir na infra-estrutura necessária à industrialização, sobretudo nos setores

de transporte e energia. O Plano de Metas de Juscelino Kubistchek é a expressão mais fiel desse arranjo econômico.

O setor público brasileiro, todavia, dispunha de recursos limitados, em função da baixa arrecadação tributária proporcionada pela modesta renda nacional. Para financiar seus investimentos, lançou mão de políticas emissionistas, expandindo a base monetária e aumentando a demanda, pressionando os preços. Deste modo, o déficit do Tesouro (gastos superiores à arrecadação) determinaram a ocorrência do processo inflacionário.

Após 1964, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), implementando medidas de restrição da base monetária, consegue estabilizar a economia, criando inclusive o mecanismo da correção monetária.

Nos anos 70, os choques do petróleo e o segundo PND ampliam a dívida externa e os gastos públicos, elevando novamente as taxas de inflação, agora alimentadas também – ao menos para alguns - pela indexação da economia (inflação inercial). Desse modo, os déficits dos anos 50 e 60 refletem-se na inflação e nos planos econômicos que marcaram os anos 80 e 90 no Brasil.

FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais inclui prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a Bibliografia para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) o Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à carreira de diplomata não descure o Francês.

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) inclui, entre suas publicações, o *Manual de Francês Diplomático*, cuja leitura se recomenda.

